

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA CAMPUS I – CAMPINA GRANDE CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE CURSO DE GRADUAÇÃO E BACHARELADO EM PSICOLOGIA

MAGNÓLIA RAMOS DE OLIVEIRA

O SERVIÇO PSICOSSOCIAL NA INSTITUIÇÃO JURÍDICA: A implantação do Setor de Psicologia no Escritório Modelo de Advocacia da Universidade Estadual da Paraíba

MAGNÓLIA RAMOS DE OLIVEIRA

O SERVIÇO PSICOSSOCIAL NA INSTITUIÇÃO JURÍDICA: A implantação do Setor de Psicologia no Escritório Modelo de Advocacia da Universidade Estadual da Paraíba

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Psicologia da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Bacharel/Licenciado em Psicologia.

Orientadora: Prof^a. Msc. Regina Celi Sales Santana da Nóbrega Co-orientação: Prof^o. Msc. Jorge Dellane da Silva Brito.

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL – UEPB

O48s Oliveira, Magnólia Ramos de.

O serviço psicossocial na instituição jurídica [manuscrito]: a implantação do setor de psicologia no Escritório Modelo de Advocacia da Universidade Estadual da Paraíba / Magnólia Ramos de Oliveira. – 2011.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) – Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2011.

"Orientação: Profa. Ma. Regina Celi Sales Nóbrega de Santana, Departamento de Psicologia".

1. Psicologia. 2. Psicologia Forense. 3. Psicologia Clínica. 4. Psicoterapia. I. Título.

21. ed. CDD 158

MAGNÓLIA RAMOS DE OLIVEIRA

O SERVIÇO PSICOSSOCIAL NA INSTITUIÇÃO JURÍDICA: A implantação do Setor de Psicologia no Escritório Modelo de Advocacia da Universidade Estadual da Paraíba

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Psicologia da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Bacharel/Licenciado em Psicologia.

Data da Aprovação:

21 / Junho /2011

rof^a. Msc. Regina Celi Sales Nóbrega de Santana / UEPB Orientadora

Prof. Msc. Jorge Dellane da Silva Brito / UEPB Examinador

Prof. Msc. Guthemberg Cardoso Agra de Castro / CESREI Examinador

E não sede conformados com este mundo, mas sede transformados pela renovação do vosso entendimento, para que experimenteis qual seja a boa, agradável, e perfeita vontade de Deus (Romanos 12:2)

Dedico esse trabalho ao meu **avô Aquilino** Ramos (*in memoriam*), que me ensinou o que é ser forte na vida, e como vencer as batalhas para manter a família unida.

Eu sei que você está com o Pai agora!

AGRADECIMENTOS

As dificuldades vivenciadas só foram suportadas com tanta tranquilidade e sorrisos por causa de todas essas pessoas que listarei. Independente de serem presentes continuamente em minha vida, ou apenas em circunstâncias, deve-se dar mérito pela colaboração.

Agradeço **a Deus** por ter me dado inspiração, paciência, ânimo para concluir esse trabalho, assim como, por ter me possibilitado conhecer todas as pessoas que de forma direta ou indireta me motivaram com essa temática. À **Maria Santíssima**, por ser consolo e conforto nos momentos mais difíceis.

Ainda, agradeço às pessoas que mais se preocupam comigo, de tal maneira, que chegam a sentir as dores que eu sinto, aos meus Pais (**Maria José** e **Francisco das Chagas**), que todos os dias demonstram total dedicação e cuidado por mim. Meu sincero, Obrigada!

Como suportar as dores e preocupações se não há momentos de diversão e entusiasmo? Agradeço aos meus irmãos que foram e são apoio indiscutível em todas as horas: à **Maricelle** pelas noites de sono em minha companhia em prol desse trabalho, por ser o apoio nas decisões e estímulo nas dificuldades. Obrigada pelas palhaçadas e ser luz na minha vida e nas minhas idéias, à **Francilene** pela dedicação, dividir o curto tempo para pacientemente dar idéias, sugerir e contribuir com esse trabalho, bem como, ser uma grande colaboradora na minha vida, com conselhos, conversas e alertas, à **Francimar** por me ensinar que não devo me acomodar diante dos obstáculos. Agradecer ao meu pequeno sobrinho, **Franklin**, por ser razão de risos e alegria.

Agradecer é significar, e de significação desse curso apenas um nome, uma pessoa, uma verdadeira amiga irmã, **Lorena Bandeira**. Esse curso não teria sido o mesmo se eu não a tivesse conhecido, a minha vida não seria a mesma. Muitíssimo obrigada!

As músicas, conversas ou o simples silêncio significativo, momentos únicos. Agradeço pela sua existência em minha vida, **Gilliard Oliveira**. Inicialmente primo, amigo, irmão até tornarse o melhor de mim. Verdadeiramente, obrigada.

As mensagens cobrando mais minha presença, sempre com as reclamações, chateações não seriam tão boas se não fossem suas, **Ewerton Bruno**, meu irmão! Obrigada por ser tão presente todos os dias, tornando-os melhores.

Descobri que para ser um amigo verdadeiro não é preciso estar perto fisicamente, mas sim se fazer presença, dessa maneira, agradeço a **José Arthur**, companheiro, amigo, quase um

psicólogo meu, me acompanhou nas lamúrias e receios, sempre com calma e paciência trazia uma mensagem de tranquilidade, obrigada por ser presença em minha vida.

A construção de saber pode sim chegar as nossas vidas a partir de conversas corriqueiras e entretenimento, aprendi muito sobre filosofia, sobre esportes radicais (que nunca consegui praticar) e estudei mais inglês para continuar sem entender quando resolvíamos prosear nesse idioma, agradeço a **Valdemir Martins**, por ser o Mister das mágicas e dos assuntos divertidos quando o tempo nos era mais generoso.

Edypo Ribeiro, obrigada pelas conversas e tentativas de compreender desses temas psicológicos, por toda colaboração acadêmica dada a esse trabalho.

As minhas "fylhotas" adotadas nesse curso, **Marlane Duete** e **Rayanne Chagas**, obrigada pela doçura e meiguice, sempre presentes na minha vida e pensamento. A mamy's as ama muito!

Um quarteto no início do curso "Os Psicolésos", histórias hilárias, momentos inesquecíveis, e frases eternas, porque "quem ama despreza", não é **Leonardo Fagner**? Como seguir o curso sem um psicoleso como você? Foi difícil, saiba que os agradecimentos por ter entrado em nossas vidas se mantido sempre por perto são muitos.

Nos últimos momentos de preparação da monografia, muita angústia e temores. Confesso que os apoios foram fundamentais, agradeço à **Marcíllia Poncyana** pelas horas de conversa ao telefone dividindo os receios, quando deveríamos estar escrevendo, à **Emanuelle Leite** pela doçura e as palavras de otimismo, à **Giselli Lucy** pela pronta disposição em colaborar no que fosse necessário. Obrigada, meninas!

Agradecimento aos amigos das mais diversas horas: Afonso Manoel, Janaína Bizerra, Najara Mirella, Augusto Loureiro, Pedro Jorge, Tiago Deividy, Vanga, Agostinho Dantas, Washington Almeida, Paulo Romero, Jéssica Lucena, Maria Udjaíra, Fablícia Fernandes, Michelle Marinho, Udenilson Silveira, André Bragagnoli, Alan Gaião, Yuri Ferreira, Melania Bulcão, Albano Borba, Luiz Carlos, Alisson José, Gabriela Fernandes, Felipe Raphael, Jéssica Karla, Diego Virgínio, Marcos Ior, Lucas Bittencourt, Mikelli Lucas, Márcia Medeiros, Analiane Fernandes, Yeda Angelina, Hewerton Dantas, Jô e Vânia, a Bandinha EJC, ao grupo Anjos de Luz, e aos componentes do Centro Acadêmico de Psicologia, dos três últimos anos que participei da gestão. Obrigada por de forma direta ou indireta colaborarem com a construção de uma percepção melhor de mundo e trazerem felicidade aos meus dias.

E quem disse que amizade pode se enfraquecer diante da falta de constância de proximidade e/ou notícia? Eu tive certeza que não a partir da minha amizade com **Maria Dantas**, sempre sinto sua proximidade e carinho, obrigada amiga, por ser verdadeiramente amiga!

Aos funcionários do Escritório Modelo de Advocacia, por aceitarem minha intervenção e pela colaboração nesse estágio que se transformou em Trabalho de Conclusão de Curso, meus sinceros agradecimentos ao advogado **Guthemberg Cardoso** pelo profissionalismo e postura ética, um dos mais motivados pela implantação do Setor de Psicologia. A **Iara Caldeiro** por ter me ensinado, com calma e tranqüilidade, a prática do trabalho interdisciplinar, **Elisabete Costa** por me fazer sentir acolhida nos primeiros momentos de estágio, a **Ítalo Andrade** pela compreensão e ajuda dedicada a esse trabalho, e também, à **Zélia**, **Vânia Moura** e **Ana França** pelo carinho e atenção desprendida.

Aos professores que contribuíram com a construção do meu saber, assim como, foram mestres e norteadores dos caminhos que quero ou não seguir. Em especial ao professor Jorge Dellane, pelo ensino da Psicologia Jurídica, e demonstração de sua postura ética e dedicação pela Psicologia, que causa motivação entusiasmo aos alunos que o cerca.

À **Regina Celi Sales**, que tão prontamente aceitou ser minha orientadora no estágio do EMA e também neste trabalho, pelas palavras de estímulo e por ensinar uma postura profissional, obrigada pelos ensinamentos.

Aos colegas de sala por fazerem das correrias de final de semestre, pelos trabalhos, pelas brincadeiras, pelo dia a dia. Obrigada por tornar o curso tão prazeroso;

A todas que são e foram, **Coordenação** e **departamento** ao longo desses cinco anos. Obrigada por serem bússolas.

Aos **funcionários da UEPB** pela ajuda e presença simpática todos os dias nesses 5 anos, em especial a **Vanildo**, **Eraldo**, **Chagas** e a **Robson**.

A **Val** da xérox e a **Dona Noêmia**, **Miriam** e **Seu João** da praça da alimentação, que deixarão saudades. Obrigada pela presteza.

Ao **grupo de estagiárias** que darão continuidade ao trabalho aqui relatado, obrigada pela confiança e determinação de seguir um caminho que, sem dúvida será muito proveitoso.

A VOCÊS O MEU MUITÍSSIMO OBRIGADA!

Não há conflitos insuperáveis aqui, mas há sem dúvida interseção de peso que merecem exame.

(Gonçalves e Brandão, 2004)

RESUMO

O Escritório Modelo de Advocacia da Universidade Estadual Paraíba de Campina Grande por ser uma estrutura que visa auxiliar as pessoas em causas jurídicas com acesso gratuito, já trás em si a possibilidade de receber um público carente e que sofre com alguma questão de solução necessária (jurídica), nesse sentido existe a possibilidade de haver um sofrimento psíquico incômodo com necessidade de uma amenização. Esse trabalho teve como objetivo apresentar a realidade vivenciada a partir de um estágio de Psicologia no Escritório Modelo de Advocacia, e da implantação do Setor de psicologia nessa instituição. Para isso se utilizou de levantamento bibliográfico, na descrição de abordagens utilizadas e o relato da prática do estágio de Psicologia. Para melhor visualização, esse trabalho abordou temas como Psicologia Clínica e Jurídica, a Escuta na abordagem da Psicoterapia Breve de Orientação Psicanalítica, assim como a Triagem e o Encaminhamento, realizou uma análise teórica do Sujeito contemporâneo, público do Escritório Modelo de Advocacia, e finalmente, expôs o histórico e dinâmica do Escritório Modelo de Advocacia até a implantação do Setor de Psicologia.

Palavras-Chave: Psicologia Jurídica, Escritório Modelo de Advocacia, Estagio de Psicologia.

ABSTRACT

The Office of Advocacy of the Model State University of Campina Grande, Paraiba to be a framework to assist people with free legal grounds, since back in it the possibility of receiving a public need and suffering with a question of solution required (legal), in this sense there is a possibility of psychological distress need to bother with a softening. This work aimed to present the reality experienced from one stage of Psychology at the Office of Advocacy Model, and the establishment of the Department of Psychology at that institution. For this we used a literature review, description of the approaches used and the report stage of the practice of psychology in that institution. For optimal viewing, this work has addressed topics such as Legal and Clinical Psychology, Listening in the approach of Brief Psychotherapy psychotherapy, as well as the Screening and Referral, carried out a theoretical analysis of the contemporary subject, the public's Office of Advocacy Model, and finally, explained the history and dynamics of the Office of Advocacy Model to the deployment of the Department of Psychology

Keywords: forensic psychology, Office of Advocacy Model, Psychology Internship

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO
	PSICOLOGIA CLÍNICA E PSICOLOGIA JURÍDICA
2.1	HISTÓRICO DA PSICOLOGIA CLÍNICA
2.1.1	Psicologia Clnica no Brasil
2.2	HISTÓRICO DA PSICOLOGIA JURÍDICA
2.3	PSICOLOGIA JURÍDICA E SUA PRÁTICA
2.3.1	Áreas Psicologia Jurídica
3.0	FUNDAMENTOS NORTEADORES DA PRÁTICA DA PSICOLOGIA JURÍDICA
	NO ESCRITÓRIO MODELO DE ADVOCACIA NA UNIVERSIDADE ESTADUAL
	DA PARAÍBA
3.1	CONTEXTO HISTÓRICO DA PSICOTERAPIA BREVE
3.2	CONCEITOS PSICANALÍTICOS
3.3	A ESCUTA EM PSICOTERAPIA BREVE DE ORIENTAÇÃO PSICANALÍTICA
3.4	ENTREVISTA DE TRIAGEM E ENCAMINHAMENTO
4.0	O SUJEITO E FAMÍLIA CONTEMPORÂNEOS: A LEI JURÍDICA COMO
	AUTORIDADE
4.1	SUJEITO DE DEVERES E DESEJOS: ESTRUTURAÇÃO A PARTIR DA
	PSICANÁLISE
4.1.1	O Limite e a Lei
4.2	A ESTRUTURAÇÃO E CONFLITO FAMILIAR
4.2.1	A Separação e o divórcio
4.2.2	Guarda dos filhos
5.0	INSERÇÃO DO ESTAGIO DE PSICOLOGIA NO ESCRITÓRIO MODELO DE
	ADVOCACIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
- 1	Watania na Eaghitánia Manti a ne Anyagagia na Univendinan
5.1	HISTÓRICO DO ESCRITÓRIO MODELO DE ADVOCACIA DA UNIVERSIDADE
	ESTADUAL DA PARAÍBA
5.2	ATUAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DE PSICOLOGIA EM ESCRITÓRIOS MODELOS DE
	ADVOCACIA – OUTRAS REALIDADES
5.3.	3
	ADVOCACIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
	CONSIDERAÇÕES FINAIS
	REFERÊNCIAS
	APÊNDICES
	ANEXOS

INTRODUÇÃO

O conflito jurídico é desencadeador de uma imensa angústia que interfere na vida do sujeito e mantêm seu incômodo até sua pronta resolução, em especial os casos de conflitos intrafamiliares, pois o indivíduo sente dificuldade de fugir das situações familiares desconfortáveis. Nesse ponto, pode-se destacar a importância dos profissionais de Psicologia nos mais variados setores, destarte, é pertinente falar que é favorável a união entre Psicologia e Direito. Nos locais da área jurídica, como os Escritórios Modelos de Advocacia, conflitos supracitados ocorrem rotineiramente, com isso percebe-se o quanto é fundamental ocorrer a atuação psicológica.

Dessa maneira, o trabalho no Escritório Modelo de Advocacia da Universidade Estadual da Paraíba abre uma possibilidade de resolução para esse sujeito que passa por dificuldades na justiça. E o atendimento de Psicologia nesta instituição seria como uma ponte que interliga duas unidades distintas da UEPB, o qual possui o mesmo objetivo; atendimento gratuito à comunidade, preparar estudantes que brevemente estarão inseridos no mercado profissional.

Diante de tais questões, as problemáticas que foram levantadas neste trabalho a fim de compreender são: é possível a intervenção psicológica nos casos vindos ao Escritório Modelo de Advocacia UEPB - CG? Como pode ser o norteamento teórico da escuta psicológica em instituições jurídicas?

Para tanto, este trabalho teve como objetivo apontar a necessidade, funcionalidade e os instrumentos utilizados nos serviços multiprofissionais dentro de uma instituição jurídica, a do Escritório Modelo de Advocacia (EMA) da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) de Campina Grande, a partir do relato experiencial de um estágio de Psicologia. Para que sua descrição fosse realizada, foi utilizada como a metodologia de pesquisa: o levantamento bibliográfico.

Assim, para esclarecer todos os pressupostos norteadores da prática do EMA-UEPB esse trabalho foi dividido em quatro capítulos: o primeiro, sobre a Psicologia Clínica e Psicologia Jurídica; o segundo dissertou acerca da Psicoterapia Breve de Orientação Psicanalítica, a triagem e o encaminhamento; Já o terceiro analisou o Sujeito e a Família Contemporâneos; e, por fim, o quarto e último tratou, especificamente, da inserção do estágio de Psicologia no Escritório Modelo de Advocacia da Universidade Estadual da Paraíba.

No primeiro capítulo, fez-se uma exposição dos históricos da Psicologia Clínica e Jurídica, apontando o seu surgimento no Brasil. Essas duas áreas estudadas deram suporte à prática no Escritório Modelo de Advocacia da Universidade Estadual da Paraíba, na qual inicialmente houve o trabalho na vertente Clínica passando para uma reflexão de atuação de Psicologia Jurídica.

No segundo capítulo, apresentou-se a escuta psicológica na abordagem da Psicoterapia Breve de Orientação Psicanalítica, dando principal enfoque aos conceitos abordados por Braier, assim como, a triagem e o encaminhamento, a partir da visão prática. Essas foram atividades realizadas no EMA-UEPB que permitiram ao cliente falar sobre o conflito jurídico, sentir-se acolhido. Possibilitando, com essa fala, conduzi-lo ao direcionamento focal.

Levando em consideração que as queixas de conflito jurídico se dão no EMA-UEPB na vertente contemporânea, tornou-se necessário fazer um levantamento dos norteamentos psicanalíticos sobre o desenvolvimento indivíduo e da família, apresentando os complexos existentes no desenvolvimento da estrutura do sujeito, assim como, apontou a relação do consumo na vida do individuo relacionando ao conflito jurídico, e também assinalou qual autoridade está intervindo no sujeito contemporâneo, e porque ele se utiliza tanto da intervenção jurídica, esses foram os temas apresentados no terceiro capítulo.

Finalmente, o quarto capítulo, fez um resgate vivencial do estágio de psicologia no Escritório Modelo de Advocacia na Universidade Estadual da Paraíba, trazendo uma discussão e aplicação de todas as temáticas explicitadas nos outros três capítulos. Também trouxe uma apresentação dessa instituição seu desenvolvimento histórico, e outra realidade vivencial, que é a do estagio no Escritório de Assistência Jurídica da Universidade Federal de Santa Catarina.

No entanto, é importante destacar, que este estudo vivencial não tem a obrigação de construir fórmulas prontas acerca da Psicologia em Instituições Jurídicas, mas tão somente, imprimir a reflexão das possibilidades dessa prática em um setor diferente nos quais, normalmente, tem atuado o psicólogo, mobilizando os estudantes a demarcarem seu lugar, construindo novos espaços para Psicologia e enriquecendo seu saber.

2.0. PSICOLOGIA CLÍNICA E PSICOLOGIA JURÍDICA

A Psicologia Clínica se fomentou a partir das mudanças social e histórica, da mesma forma que ocorreu com a Psicologia Jurídica, pois mesmo sendo jovem em comparação a com a primeira, esta vivenciou conflitos e se desenvolveu na busca da intervenção a sociedade de maneira mais ampla e coerente. Para tanto, esse capítulo fará a exposição dos históricos da Psicologia Clínica e Jurídica, apontando o seu surgimento no Brasil. Essas áreas deram suporte à prática no Escritório Modelo de Advocacia da Universidade Estadual da Paraíba, na qual inicialmente houve o trabalho na vertente Clínica passando para uma reflexão de atuação de Psicologia Jurídica.

2.1. HISTÓRICO DA PSICOLOGIA CLÍNICA

A Psicologia Clínica se consolidou ao final do século XIX a partir da Psiquiatria, no entanto, essa vertente ressaltava o valor da individualidade, ao contemplar o culto ao "eu", propiciando, desta forma uma perspectiva subjetivista. Eventos importantes ocorreram para o desenvolvimento dessa nova área.

O encontro da medicina com a filosofia, como ocorreu na obra de Maine de Biran (1766 - 1824) e Victor Cousin (1792 – 1967 *sic*), propiciou uma visão mais unitária e psicossomática do homem, tendo clara influencia na interpretação mais psicológica da psicopatologia. John H. Jacson, já em 1875, na Inglaterra, formulou um dos primeiros esquemas descritivos sobre o sistema nervoso, oferecendo bases para uma reflexão psicológica que irá influenciar Pierre Janet, Henry Ey e Freud. Por outro lado, Pinel, 1793, no hospital Bicêntre, e dois anos mais tarde na Salpêtrière, produziu uma revolução no tratamento dos loucos, ao libertá-los das correntes nas quais eram trancafiados como animais para possibilitar-lhe um "tratamento moral" (SCHNEIDER, 2002, p. 43)

O novo modelo aplicado por Pinel instaurou uma perspectiva psicológica junto a Psiquiatria, resultando na consolidação da Psicologia Clínica. A nova área, então, teve uma relação direta com a psicopatologia.

A compreensão psicológica da doença mental se inaugurara a partir do momento em que a doença mental foi abordada como uma entidade, através de especulações de ordem filosófica, o que era possível em uma psicologia ainda não individualizada, expressada na filosofia e na medicina, que se preocupava em tratar doentes atingidos psiquicamente. (MOREIRA, 2002, p. 02)

É importante salientar que a psicologia clínica possui uma inter-relação fortemente marcada pelo surgimento da escola psicanalítica. Essa idéia ressaltada por Figueira (2007, p. 02).

Apesar de a clínica psicológica constituir-se, também, em uma prática recente (nos termos que estão sendo colocados), ela possui certa tradição, principalmente ao que se refere à escola psicanalítica, a qual pode ser considerada a precursora da maioria das diversas abordagens clínicas utilizadas

Dessa forma, será evidente a presença psicanalítica no decorrer da observação do aparecimento da Psicologia Clínica, e algumas características a qual a Clínica Psicológica utilizou semelhantemente a Psicanálise na sua prática.

É necessário apontar a ligação existente a Psicologia e outros momentos sociais e históricos existente na época, como o movimento literário romântico, que muito influenciou para a formação de uma visão mais densa da Psicologia, esse movimento descrevia aspectos com muita profundidade não tratados pela Psiquiatria.

A influência do romantismo literário (...) que passou a descrever com bastante profundidade aspectos psicológicos que a psiquiatria até então negligenciara, bem como as discussões de cunho mais psicológico que dominarão o cenário filosófico do final daquele século, como é o caso da filosofia de Johann Herbert (que introduziu a noção de inconsciente), além da de Schopenhauer e Nietzsche, (que, através de suas discussões sobre a "vontade", abrem caminho, igualmente, para a noção de inconsciente), entre outros, influenciarão na constituição de uma abordagem mais psicológica na descrição e no tratamento da loucura (SCHNEIDER, 2002, p.44)

O surgimento da Psicologia como ciência se deu no início do século XX em uma realidade similar à psicologia clínica, embora sua configuração tenha ocorrido de maneira diferenciada. Portanto, é diligente apresentar os desenvolvimentos dos primeiros trabalhos a partir da clínica que se mesclam com a Psicanálise.

O neurologista Charcot, em Paris, interessou-se pelo estudo e tratamento de pacientes que não se adequava a nenhuma categoria nosográfica tradicional na época, classificando-as como histéricas. Ele propôs a hipnose como tratamento, onde as pacientes eram postas sob sugestão hipnótica enquanto agia ao nível de "conceitos mentais" que causavam a doença, esses conceitos não eram verbalizados quando o indivíduo estava em estado de vigília.

O método da sugestão hipnótica também foi utilizado por Breuer em Viena, em seguida por Freud para a construção da Psicanálise. Foi Charcot que trouxe o conceito de "mentiras histéricas" onde suas pacientes afirmavam em suas narrativas serem abusadas, ele

afirmou serem mentiras que suas pacientes usavam para enfrentar o distúrbio de ordem sexual.

Pierre Janet foi trabalhar com Charcot no *Salpêtrierè*, realizando estudos sobre psicopatologia, e em seu livro *Nevroses et idées fixes* (1887), neste trabalho o autor menciona o termo "psicologia clínica" pela primeira vez, isso concebeu um novo modelo de patologia, a de neurose que em seguida dará subsídios para a formação da teoria psicanalítica.

Sigmund Freud direcionou suas pesquisas, inicialmente, pela área da fisiologia do sistema nervoso. Conheceu Breuer quando foi trabalhar no laboratório de *Brücke*, e juntamente com este, iniciou seus escritos psicanalíticos, com o livro "Estudo sobre a Histeria" (1895), neste livro Freud apresenta o caso de Ana O. e a terapia pela fala.

Para auxiliar na subsistência da sua família, Freud decide abrir um consultório, mas para ganhar experiência no atendimento clínico, foi trabalhar num posto subalterno no Hospital Geral de Viena, quando começou a se interessar pelas doenças nervosas, ramo da medicina pouco praticado nessa cidade. Em seguida ele solicitou uma bolsa para ir a Paris conhecer Charcot, já renomado pelos trabalhos realizados com as histéricas. Passou seis meses conhecendo as atividades de Charcot, lá aprendeu a diagnosticar e a identificar as "doenças mentais", assim como a fazer uso da hipnose para a cura dos sintomas.

Retornando a seu país, Freud abriu um consultório particular em 1886 utilizando como a técnica da hipnose juntamente ao uso da fala, visando a ab-reação, pois acreditava que com a hipnose, as pacientes retornavam a cena traumática, e ao reproduzi-la havia a extinção do sintoma.

Em 1896, Freud deixa o método hipnótico, adotando a técnica da pressão na testa, pois percebeu que nem todos os pacientes se permitiam hipnotizar.

Verifiquei que nem todas as pessoas exibiam sintomas histéricos indiscutíveis e que, muito provavelmente, eram regidas pelo mesmo mecanismo psíquico podiam ser hipnotizadas. Vi-me forçado a tomar uma posição quanto à questão do que, afinal, caracteriza essencialmente a histeria e do que a distingue de outras neuroses. (FREUD, 1893-1895, p. 272)

A técnica da pressão na testa foi abandonada em 1904, quando Freud passou a utilizar a associação livre em suas pacientes histéricas, esse método que implica em deixar o paciente falar tudo que quiser, ele acreditava que esta técnica faz emergir os conteúdos inconscientes, tornando-os conscientes, utilizando, em seguida, a interpretação.

Essa mudança na técnica no decorrer da aplicação psicanalítica tem completa importância para a instituição da psicologia clínica, pois o que está em evidencia ao final, é a escuta realizada aos pacientes.

A passagem da hipnose à associação livre faz com que o médico modifique sua perspectiva em relação ao sintoma, pois agora sua preocupação não é mais "dizer a verdade", mas decifrar a cadeia causal inconsciente que produz o sintoma, através da análise do discurso do paciente. A ênfase não é mais para "olhar", mas sim a "escuta" do sintoma. (SCHNEIDER, 2002, p. 48)

Freud acreditava que a histeria estivesse ligada ao sexual, como Charcot já insinuava. E que estava ligada a passividade sexual, por isso era tão comum entre as mulheres, e que nos casos de homens histéricos era verificado na anamnese que possuíam acentuada passividade sexual.

Freud construiu sua teoria a partir daquilo que denominou de "auto-análise", no seu livro A interpretação dos sonhos (1900) ele apresenta a exploração dos seus próprios sonhos como parte de seu processo de auto-análise, formando conceitos da metapsicologia. Utilizando o conceito de mecanismos de defesa do ego, que são os artifícios protetores inconscientes contra as ameaças intoleráveis sob o ponto de vista afetivo, advindas tanto do meio exterior quanto de impulsos do próprio id, dessa maneira, nota-se que nesse período Freud também já abordava temas da estrutura tópica, ou seja, seus pressupostos teóricos já estavam firmes. Ainda hoje, tais mecanismos são observados na prática clínica como auxiliares nas definições

Em 1901, Freud organizou junto à Psiquiatras Vienenses a Sociedade Psicológica das Quartas-feiras, que tinha como objetivo discutir suas idéias, dando principal foco à Psicanálise freudiana. Em 1906 transformou-se em Sociedade Psicanalítica de Viena, para em 1911 ser fundada a Sociedade Psicanalítica Internacional.

O termo Psicologia Clínica foi usado por Freud a primeira vez numa carta a Fliess (30 de janeiro de 1899). Disse ele: "agora a ligação com a psicologia, tal como se apresenta nos Estudos (sobre a histeria), sai do caos. Percebo as relações com o conflito, com a vida, tudo o que eu gostaria de chamar de psicologia clínica" (FREUD *apud* ROUDINESCO, 1988, p. 238, *apud* SCHNEIDER 2002, p. 52). Com isso pode-se observar que o método freudiano já começa a se colocar na prática de uma "Psicologia Clínica", pela sua teoria e metodologia estarem ligadas aos casos individuais vindo de situações psicoterapeutas, apesar de que a psicologia clínica ser confundida com a psicanálise, (SCHNEIDER *apud* ROUDINESCO) a

psicanálise é "clínica", mas não é "psicologia clínica", pois ela renuncia à observação direta do doente e interpreta os sintomas em função de uma escuta de fala inconsciente.

O surgimento da Psicologia Clínica na França e em outros países europeus será mais demorado, inicialmente aparecerá a "psicologia em profundidade" depois uma "psicanálise de casos" e por ultimo surgirá a Psicologia Clínica. Diante disso, existe a necessidade da Psicologia ser concreta e aplicada, assim como, amparada, que os casos sejam analisados, e o objeto que é o "homem em conflito" desenvolva a formação de uma teoria.

A psicologia clínica deve responder à demanda do sujeito que sofre e que procura seus serviços para curar sua "dor". Além disso, juntamente com outros trabalhadores sociais, o psicólogo clínico deve trabalhar situações concretas, contribuindo na prevenção dos problemas sociais, como a delinqüência e a criminalidade (SCHNEIDER, 2002, p. 58)

Para a autora a base que viabiliza os objetivos citados é o diagnóstico, que é considerado a característica central do trabalho clínico, ela ressalta que as técnicas da psicologia clínica são muitas como: as técnicas históricas (análise de documentos e de testemunhas), técnicas de observação (com a anamnese), testes psicológicos e técnicas psicanalíticas.

Como precursora das psicoterapias, a psicanálise proporcionou um modelo de atendimento clínico, a partir do qual muitas outras abordagens, posteriormente, se espelharam e utilizaram, embora, por vezes, fizessem uso de recursos teóricos divergentes daqueles propostos por S. Freud. (FIGUEIRA, 2007, p. 09)

Com grande contribuição na esfera psicanalítica e com a psicologia francesa do século XX Jacques Lacan, já argumentava a possibilidade de retirar a psicanálise do atraso em que estava, afirmando que era preciso separá-la da psicologia clínica, em especial, da psicologia que se centrava no "ego", pois esta desvirtuava a noção estruturalista da psicanálise, surgindo posteriormente o conflito, pois os psicólogos clínicos consideram a psicanálise no campo das psicoterapias e os psicanalistas os acusavam de ficarem presos em um humanismo que desvirtua a realidade humana.

O que fica claramente marcado é que a psicologia clínica é controversa, como cita Schneider. Que se pode sintetizar a partir de sua construção histórica, atualmente a psicologia clínica define-se como um método por se utilizar de avaliação e o diagnóstico criterioso da história do sujeito, para poder nortear a intervenção mais segura, por essa razão utiliza-se das mais variadas técnicas.

Destaca-se, deste modo, que considerar a Psicologia Clínica em prática de consultório é um grande equívoco, pois o consultório é um dos lugares onde ocorre a prática clínica, mas que ela não se resume pelo seu local de aplicação.

2.1.1. Psicologia Clínica no Brasil

Segundo Alberti (1999), em 1900, ocorreu, pela primeira vez, a relação da Psicologia com a avaliação a partir da visão dos comportamentos, com a publicação da tese *Duração dos atos psíquicos elementares nos alienados* de Henrique Britto de Belford Roxo.

No século XIX, todavia, o saber psicológico foi marcado pelo conflito entre os poderes da Filosofia e da Medicina. Alberti (1999), ainda, destaca que a origem dos discursos da Psicologia lança bases junto ao Direito e a Pedagogia, o autor afirma que "em ambos os casos, a Psicologia irá sustentar um discurso segregador, profilático e normatizador". Já no início do século XX, a Psicologia passa da observação e experimentação para o estudo de conceitos inconscientes da Psicanálise.

Catharino (1999, *apud* Mello 1983) aponta o fato da criação de um curso de Psicologia na USP, proposta em 1953, à existência de uma demanda de profissionais dessa área em repartições do Estado e em empresas particulares.

No entanto, Lipp (1989, p. 158) destaca que somente em 1962 o Brasil, através de Lei, regularizou a profissão de psicólogo. Esse foi o primeiro país da América Latina a regulamentar a profissão, servindo de parâmetro para outros países formularem seus regimentos.

Já em relação à psicologia clínica no Brasil, esta ainda dependia da importação de conhecimento da Europa e Estados Unidos, do material didático e de publicações desses locais para atender a um povo que passava a compreender a importância e a utilidade da Psicologia e dos seus serviços.

No Brasil, apresentaram-se abordagens múltiplas, devido a influências de outros países. A primeira referência, ocorreu no início do século XX, com a teoria psicanalítica; depois, na década de 60, da análise experimental do comportamento e do behaviorismo que começavam a serem utilizadas pelos Estados Unidos; e finalmente, nas décadas de 70 e 80, outras abordagens foram sendo desenvolvidas e aplicadas aceleradamente.

Lipp (1989, p. 158, *apud* Weiner 1983) apresenta a Psicologia Clínica, ainda arraigada a influências estadunidense, em que três linhas teóricas derem origem a modos

diferentes de avaliar, conceituar e tratar o comportamento, são elas: a Teoria Psicanalítica, a Teoria da Aprendizagem e a Teoria Humanista.

A Teoria Psicanalítica é aquela que originou diversas pesquisas na abordagem de intervenção da clínica; já a Teoria da Aprendizagem é compreendida como aquela que fomentou diversas abordagens comportamentais e, finalmente, a Teoria Humanista reconhecida como aquela em que se originaram as abordagens experienciais.

Ante o exposto, pode-se verificar que o modelo interventivo da Psicologia no Brasil surgiu ao moldes internacionais, referenciais relevantes para facilitar a compreensão da sua dinâmica atual.

2.2. HISTÓRICO DA PSICOLOGIA JURÍDICA

A psicologia em parceria com o Direito surgiu na avaliação da fidedignidade das testemunhas no século XIX, dando ênfase aos fenômenos físicos com o intuito de encontrar a verdade judicial. Esse acontecimento permitiu o desenvolvimento da Psicologia Experimental.

O que se pretende é verificar se os processos internos propiciam ou dificultam a veracidade do relato. Sobretudo através da aplicação de testes, buscava-se a compreensão dos comportamentos passiveis de ação jurídica. (ALTOÉ, 2001, *apud* BRITO, 1993).

No final do século, iniciou-se a perícia psiquiátrica dando ênfase, inicialmente, a investigação da responsabilidade penal dos adultos, começou a ser usada pelo Direito com o objetivo de interferir no processo acerca dos dispositivos de correção a serem aplicados e a aferição de dados que deveriam auxiliar os trâmites jurídicos (BRITO, 2005). Nesse período a tarefa do psicólogo era de elaborar psicodiagnósticos, que eram vistos como instrumentos que forneciam os dados para a orientação dos operadores do Direito.

Desta história inicial decorreu uma prática do profissional de psicologia voltada quase que exclusivamente para a realização de perícia, exame criminológico e parecer psicológico baseado no psicodiagnóstico, feitos a partir de algumas entrevistas e nos resultados dos testes psicológicos aplicados. (ALTOÉ 2001)

E concordando com essa ideia;

A Psicologia Jurídica, reconhecida como um saber centrado principalmente na práxis do psicodiagnóstico, derivou exercícios profissionais com ênfase no aprendizado de técnicas psicológicas a serem empregadas neste âmbito – técnicas vistas como neutras, objetivas e de caráter universal. (BRITO, 2005, p. 11)

Freud na conferência ministrada na Universidade de Viena, no curso de Prática Jurídica, em 1906, do professor Loëffler e publicado com o título *A psicanálise e a determinação dos fatos nos processos jurídicos*, sugere o aperfeiçoamento do método de investigação através do interrogatório. No desenvolvimento do artigo, Freud apresenta a possibilidade da aplicação da técnica psicanalítica nas entrevistas judiciais, comparando o criminoso ao histérico, apresentado as semelhanças entre esses dois sujeitos, Freud ressalta o sujeito histérico com uma confissão oculta dele próprio, apenas conhecida em seu inconsciente, e o criminoso como possuidor de uma culpa consciente. Em seguida faz uma comparação do terapeuta com o juiz, apresentando semelhanças nos seus trabalhos. Ao término, traz conclusões pessimistas aos juristas em relação a união do trabalho jurídico com a técnica psicanalítica:

Devo estabelecer primeiramente uma analogia entre o criminoso e o histérico. Em ambos defrontamos com um segredo, alguma coisa oculta. Para não incorrer num paradoxo, devo em seguida apontar a diferença. O criminoso conhece e oculta esse segredo, enquanto o histérico não conhece esse segredo, que está oculto para ele mesmo. (...) A tarefa do terapeuta, entretanto, é a mesma do juiz de instrução. Temos de descobrir o material psíquico oculto, e para isso inventamos vários estratagemas detetivescos, alguns dos quais parece que os senhores, homens da lei, estão prestes a copiar de nós. (...) Gostaria de pedir-lhes que não se desiludissem prematuramente de sua utilidade pratica. Embora meu campo esteja muito afastado da pratica judicial, talvez me permitam mais uma sugestão. Por mais indispensáveis que sejam essas experiências realizadas em seminários, tanto como uma preparação quando como formulação de problemas, senhores não poderão jamais reproduzir a mesma situação psicológica existente no interrogatório do acusado numa investigação criminal. (FREUD, 1906 -1908, p. 109 – 110 - 115)

No início do século XX, o jurista russo-polonês Leon Petrazycki, propôs a teoria da Psicologia Legal, apresentando que a lei, como um componente do processo mental humano intuitivamente inteligível, é em essência constituído por sentimentos individuais de obrigação moral e responsabilidade.

Todavia, o primeiro registro de notícia sobre a interlocução Direito/Psicanálise, no Brasil, foi pela Faculdade de Direito em Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em 1976, com um artigo intitulado *Direito e Psicanálise*, pelo psicanalista Célio Garcia.

Levando em consideração que inicialmente a Psicologia Jurídica foi influenciada pelo positivismo, na qual valorizava o método quantitativo, julgado que quanto mais objetividade possuía mais era considerado científico, a essa nova área se orientou de avaliar a fidedignidade dos testemunhos, que valorizava o método quantitativo. Como essa especialidade necessária aos psicólogos em 1980 a Universidade Estadual do Rio de Janeiro

(UERJ) atendeu a esta necessidade criando pela primeira vez no Rio de Janeiro uma área dentro do curso de especialização em psicologia clínica, chamando de "Psicodiagnóstico para Fins Jurídicos". Em seguida sofreu alteração tornando-se independente do departamento da clínica, apenas ligando-se a psicologia social.

No início de 1990 os psicólogos iniciam sua reivindicação para o reconhecimento, ou criação do cargo ligado ao poder jurídico, nesse mesmo período que foi promulgado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em substituição do Código de Menores, como cita Altoé (2001):

O novo texto da lei não contempla somente a criança e o jovem em "situação de risco", "situação irregular", ou "perigoso", denominado como "abandonado", "carente", "perambulante" ou, ainda, de "conduta anti-social", que o antigo Código de Menores contemplava. O Estatuto trata dos direitos de todas as crianças e jovens brasileiros considerando-os "sujeitos de direitos".

No antigo Código as crianças e jovens eram considerados "perigosos", assim como "em situação de risco" e poderiam ser apreendidos pela polícia e pelos juízes da 1ª e 2ª Varas sendo levados para delegacias ou internatos. (ALTOÉ, 2001). Com as inovações do ECA houve também uma mudança na prática profissional do psicologia no âmbito da justiça, na intervenção na Vara da Infância e Juventude, assim como a Vara da Família e do Sistema Penal.

2.3. PSICOLOGIA JURÍDICA E SUA PRÁTICA

Colcerniani (2008) apud Popolo (1996) diz que o objeto de estudo da Psicologia Jurídica são comportamentos complexos que ocorrem da interseção com o jurídico. Essa idéia é também compartilhada pelo *Colégio Oficial da España* que afirmam que a psicologia jurídica tem como área de trabalho o comportamento dos atores jurídicos no âmbito do Direito, a lei e a justiça. No entanto França (2009) se questiona se a psicologia jurídica dever permanecer no campo de estudos do comportamento, a autora acredita que "a psicologia jurídica deve ir além das manifestações da subjetividade, ou seja, o estudo do comportamento". Devem ser seu objeto de estudo as conseqüências das ações jurídicas sobre os indivíduos.

Brito (2005) aponta para psicologia jurídica, sendo o jurídico como adjetivo, que deve-se dar atenção aos pressupostos teóricos da psicologia. E a atenção deve ser voltada para a realidade e o contexto social das manifestações psicológicas.

Já Bodstein (2007) aponta para a psicologia como ciência que busca uma "verdade real" consagrando ao magistrado na direção do moderno processo jurídico. A autora ainda afirma que o objeto de intervenção da psicologia;

Desdobra-se ao longo dos princípios constitucionais; proteção ao idoso; atendimento de réus, aprisionados e pró-egressos; conflitos interfamiliarres; abandono e recolocação em adoção; preservação do afeto e do cuidado nas relações judiciais familiares — nos fóruns, no sistema prisional, nos procedimentos junto aos assistentes sociais; processos judiciais e mediatórios na esfera familiarista; atos de violência contra a mulher; preservação de abrigos legais para a inserção da criança e do adolescente em situação de risco por abandono, assistência inadequada ou orfandade. (BODSTEIN, 2007)

Atualmente os psicólogos atuam em diversos setores, sendo funcionários concursados, realizando tarefas como cita Brito (2005) em relação às incumbências da psicologia que atuam junto ao poder judiciário: "apoio mediação aconselhamento, orientação, encaminhamento e prevenção, próprio aos seus contextos de trabalho", porém a autora denuncia a falta de estrutura existente para atuação desse profissional, observando que essa é uma queixa muito comum abordada por autores dessa área, os locais são; lugares como a cozinha, garagem, ou até mesmo o vão embaixo da escada é citado como local de intervenção.

Nessa intervenção os psicólogos ainda se utilizam a pericia, que foi muito usada no período de implementação da psicologia jurídica, como afirma Arantes (2004) esse recurso tem por objetivo fornecer subsídios para a tomada de uma decisão, dentro do que impõe a lei. A autora apresenta os conflitos dentre os quais se desenvolve na Vara da Família, por exemplo. E que esse recurso tenderia a dar um melhor norteamento ao profissional, porém alerta que podem ocorrer equívocos.

Como resultado da pericia um das partes tenderá a ser apontada como aquela que reúne as melhores condições para a guarda do filho, já que tem tanto o pedido do juiz como a lógica do processo se dirige e mesmo impõe esta direção. Enganamonos todos ao acreditar que a verdade vem à luz e que se faz justiça nesse processo. O resultado parece ser, inevitavelmente, a fabricação de um dos cônjuges como não-idôneo, moralmente condenável ou pelo menos, temporariamente menos habilitado. (ARANTES, 2004, p. 21)

A produção de laudos, pareceres e relatórios causam mal-estar entre a nova geração de psicólogos (ARANTES apud JACÓ-VILELA) eles prefeririam ter de si uma imagem

menos comprometida com a manutenção da ordem social vigente considerada injusta e excludente.

Crisigiovann e Siqueira (2008) acrescentam que a Psicologia Jurídica pode subsidiar um juiz na busca de profundas e verdadeiras razões para sua sentença, investigando os fundamentos de fato e de direito nela, as autoras expõem que nessas decisões existem um conjunto de relações coordenadas num sistema lógico, que tende a uma escolha dos elementos probatórios, deduzindo de um fato, na sua realidade natural, os elementos necessários a estruturação do crime e da suas circunstâncias. Considerando que o estudo das condições mais favoráveis de uma exata decisão se transforma no verdadeiro objeto da Psicologia Jurídica, vê-se fixadas as aptidões e as disposições do juiz. As autoras propõem inserção da Psicologia Jurídica na formação dos magistrados, elas acreditam que estes precisam estar preparados não apenas para julgar, mas também para enfrentar todo o tipo de adversidade, desde a análise de cada processo até a realização da sentença final.

Apoiando-se na vertente psicanalítica, Garcia (2004) chama os psicólogos jurídicos de 'Operadores do Simbólico', pois acredita que o Simbólico é a instância geradora das Leis, levando em consideração que a Psicanálise mais se ocupou da questão da Lei, do pai, do desejo, da culpa e da reparação, nesse sentido está vinculado diretamente ao Direito, de maneira que sempre ocuparam das mais variadas manifestações da espécie humana: a de fabricar leis, a de estar sujeito a leis. O autor prossegue apontando que nos processos jurídicos, lugar destinado às questões necessárias de intervenção de lei, o juiz se apresentará, em alguns casos, na função paterna, trazendo uma interdição a esse sujeito em conflito.

A dimensão simbólica do juiz deverá ser percebida como um enunciado em nome da Lei para alguém cuja figura de pai – ausente ou inexistente – deixou falhas na história do sujeito, no estabelecimento da Lei. (GARCIA, 2004, p. 16)

É necessário ao psicólogo refletir as transformações no campo social que atingem a problemática psicológica do sujeito, assim como, ser colaborador aos casos que chegam ao Sistema de Justiça, auxiliando na assimilação do seu lugar subjetivo, os direitos e deveres pertinentes, é o que sugere Brito (2005, p. 14)

Ainda, os psicólogos precisam estar atentos, como ressalta Altoé (2001), "que as questões não são meramente burocráticas ou processuais. Elas revelam questões delicadas, difíceis, dolorosas" do sujeito. A autora cita como exemplo alguns eventos que traz extremo desgaste emocional em causas jurídicas.

Pais que disputam a guarda de seus filhos ou que reivindicam direito de visitação, pois não conseguem fazer um acordo amigável com o pai ou a mãe de seu filho;

maus-tratos e violência sexual contra criança, praticado por um dos pais ou pelo(a) companheiro(a) deste; casais que anseiam adotar uma criança por terem dificuldades de gerar filhos; pais que adotam e não ficam satisfeitos com o comportamento da criança e devolvem -na ao Juizado; jovens que se envolvem com drogas/tráfico, ou, passam a ter outros comportamentos que transgridem a lei, e seus pais não sabem como fazer para ajudá-los uma vez que não contam com o apoio de outras instituições do Estado (de educação e de saúde, por exemplo).

Diante disso a autora traz em seguida a intervenção destinada ao psicólogo jurídico.

Seu trabalho tem sido também o de informar, apoiar, acompanhar e dar orientação pertinente a cada caso atendido nos diversos âmbitos do sistema judiciário. Há uma preocupação praticamente inexistente antes com a promoção de saúde mental dos que estão envolvidos em causas junto à Justiça, como também de criar condições que visem a eliminar a opressão e a marginalização. (ALTOÉ, 2001)

É de salientar que esse profissional tem como função auxiliar na resolução de conflitos que fazem com que a família recorra ao judiciário (ALTOÉ, 2001). França (2009) citando Popolo (1996) sugere que a psicologia jurídica tenha uma relação de complementaridade, havendo um diálogo com distintos saberes como a sociologia, criminologia, entre outros.

2.3.1. Áreas Psicologia Jurídica

A Psicologia é bastante recente como ciência, por isso apresenta algumas dificuldades devido ao seu pouco tempo de formação. Dessa forma, os obstáculos existentes na psicologia jurídica se tornam maiores, considerando sua prematuridade no contexto acadêmico/científico.

Neste norte, completa Anaf (1999, p. 93):

É necessário reconhecer que o Direito é uma ciência antiquíssima, ao passo que a Psicologia é muito jovem; comparativamente falando é como um senhor na terceira idade, amadurecido, pleno de experiências e um bebê. Mais ainda no caso da Psicologia Jurídica, da qual começa-se a se falar nos países ibero-americanos há menos de 20 anos, o que em termos de ciência, é quase nada.

Destarte, diante da riqueza e complexidade de situações em que estão inseridas essas duas ciências, reconhece-se que elas possuem diversas áreas de intervenção. A psicologia apresenta quatro grandes áreas: a clínica, a escolar, a organizacional e a social, estando a psicologia jurídica inserida na área social, sendo de extrema relevância, todavia, perceber que nela também há ramificações.

França (2004, p. 77 - 78) a partir do III Congresso Ibero-Americano de Psicologia Jurídica (1999) destacou as subdivisões existentes na psicologia jurídica; Psicologia Jurídica e o Menor, Psicologia Jurídica e o Direito de Família, Psicologia Jurídica e Direito Cível, Psicologia Jurídica do Trabalho, Psicologia Jurídica e o Direito Penal (fase processual), Psicologia Judicial ou do Testemunho, Jurado, Psicologia Penitenciária (fase de execução), Psicologia Policial e das Forças Armadas, Vitimologia, Mediação, Formação e atendimento aos juízes e promotores.

Essas foram as áreas de trabalho existentes para a psicologia jurídica, alguma delas, como relata França (2004, p. 80) são áreas que necessitam de maior desenvolvimento, por essa razão torna-se tão importante a publicação de trabalhos que exponham a pratica nos mais diversos setores de psicologia, como forma de dar suporte aos profissionais dessas jovens áreas, auxiliando-os a enriquecer o desenvolvimento de seus trabalhos profissionais.

3.0. FUNDAMENTOS NORTEADORES DA PRÁTICA DA PSICOLOGIA JURÍDICA NO ESCRITÓRIO MODELO DE ADVOCACIA NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

Permitir que o cliente fale sobre o conflito, sinta-se acolhido e ao perceber a necessidade demandada; fazer a triagem e o encaminhamento ao setor mais indicado de resolução, essa é a prática fundante do Setor de Psicologia atividades do Escritório Modelo de Advocacia. Esse capítulo abordará a escuta psicológica na vertente da Psicoterapia Breve de Orientação Psicanalítica, dando principal enfoque aos conceitos abordados por Braier, assim como, a triagem e o encaminhamento, a partir da visão prática.

3.1 CONTEXTO HISTÓRICO DA PSICOTERAPIA BREVE

No início da Psicanálise, as psicoterapias eram de curta duração (HEGENBERG, 2004, p. 44). De acordo com esse pensamento os atendimentos realizados por Freud, na visão de alguns autores, eram experiências de psicoterapia breve, em destaque os casos do compositor Gustav Mahler, assim como o caso do homem dos ratos que foram atendidos em um curto espaço de tempo.

Como melhor explica Braier (1997, p. 09):

Freud atendeu Gustav Mahler, com resultados satisfatórios, durante mais de... quatro horas, a maior parte das quais transcorreram enquanto passeavam por Leyden. Outro tratamento célebre, o do homem dos ratos, que conseguiu bons resultados, e cujo histórico clínico foi publicado em 1909, durou tão-somente 11 meses.

Existem autores que foram pioneiros no trabalho com a Psicoterapia Breve, como Franz Alexander e Thomas M. French, onde realizaram trabalhos da formação "Terapêutico Psicanalítica" os quais iniciam a inovação de técnicas breves, eles introduzem dois princípios norteadores da técnica: princípio da flexibilidade e o princípio da experiência emocional corretiva.

Um dos primeiros autores a publicar uma obra com contribuição à Psicoterapia Breve foi Balatin, que escreveu um livro intitulado *A psicoterapia focal* (1972), onde descreveu 27 sessões com detalhes do acompanhamento de um caso que começou em 1960 a 1962. Esse mesmo autor, em 1958, reuniu em Londres um grupo de psicoterapeutas, onde atendeu 21 pacientes, os resultados foram expostos em um livro chamado *Um estudo de*

psicoterapia breve (A Study of Brief Psychotherapy), o trabalho da coleta e preparação para publicação foi responsabilidade de David Malan. Outro autor que publicou um importante trabalho para a psicoterapia breve foi Peter Sifneos, com o livro Psicoterapia Breve e crise emocional (1972), "Sifneos é hoje um dos mais importantes autores da Psicoterapia Breve, tendo vindo ao Brasil em 1990, 1991 e 1993" (HEGENBERG, 2004, p. 47).

Em 1965, L. Wolberg publica *Short-Term Psychotheray*, obra coletada do trabalho de diversos autores sobre a nova técnica terapêutica. Também com trabalhos de grande contribuição à Psicoterapia Breve, Gilliéron em 1983 escreveu *As psicoterapias breves* e *Introdução às psicoterapias breves*, em 1993 publicou *Manuale di psicoterapia analítica breve*, sendo que três anos mais tarde publicou o *Manual de psicoterapia breve*.

Braier (1997), na Argentina, escreveu Psicoterapia Breve de Orientação Psicanalítica em 1983. E em 1986 Knobel, de Campinas - SP publicou o livro *Psicoterapia Breve*. No enfoque, "sempre acentuadas as questões sociais e econômicas, e uma constante preocupação com a viabilidade da indicação terapêutica, que deve ser escolhida de forma realista" (OLIVEIRA, 1999, p. 15).

Knobel (1986) afirma que esses avanços psicanalíticos foram os que permitiram o desenvolvimento da psicoterapia psicanalítica e depois a psicoterapia psicanalítica breve. Desse momento em diante, a preocupação está em encontrar a função assistencial da psicanálise.

3.2. CONCEITOS PSICANALÍTICOS

Alguns fenômenos da Psicanálise persistiram na Psicoterapia Breve, como a regressão, resistência, transferência, contratransferência. Tendo em vista que a Psicoterapia Breve é uma abordagem que tem como principal ponto de destaque a sua brevidade, é importante saber como esses fenômenos ocorrem. O paciente pode apresentar a resistência devido à situação a qual se encontra, no profissional que o atenderá, verifica questões de ordem do infantil.

Quando uma pessoa nos consulta profissionalmente, já se aproxima com níveis regressivos. É uma criatura que pede ajuda ou amor a papai e mamãe, é um revelar de conflitos infantis ou fixações distorcidas do processo evolutivo frente a uma pessoa supostamente adulta que pode entender e ajudar, ou é o sofrimento negado, mas presente, que aparece como lutas e dificuldades num mundo hostil, ou somatizações diversas, ou neuroses e quadros clínicos, próximos a psicose, onde se

busca e se rejeita assistência, onipotentemente, ao mesmo tempo. (KNOBEL, 1986, p. 26)

Existe também a resistência, que segundo Nasio (1999, p. 18) "é aquilo que se opõe para não viver a experiência de abertura do Eu até o objeto de Gozo, que jaz em seu cerne, seu centro", dessa maneira, acaba muitas vezes, impedindo o aproveitamento da ajuda terapêutica.

Outro conceito importante para ser compreendido, diz respeito à transferência. De acordo com o Dicionário de Psicologia de Mesquita e Duarte (1996, p. 204) a transferência que "é um fenômeno em que o paciente, ao ser analisado, revive os seus desejos inconscientes, provenientes da infância, tomando o psicanalista como suporte", que pode ser positiva (amorosa) ou negativa (agressiva) e com isso estabelece-se uma possível aliança de trabalho ou aliança terapêutica. Podendo também ocorrer à contratransferência, que são as mesmas vivências que acontecem com paciente, porém, ocorrendo com o terapeuta. Dessa interação, o terapeuta utilizará de um instrumento técnico-psicanalítico que é a interpretação, fenômeno complexo. Assim, assevera Knobel (1986, p. 27 - 28):

Considero que a na realidade o fenômeno interpretativo é mais complexo. Exige uma compreensão do funcionamento psíquico, das vivências transferenciais e contratransferências ou, como preferem chamá-las, de relações intersubjetivas. Creio que convém pensar que na realidade a interpretação é uma profunda e delicada elaboração do conhecimento psicanalítico, do acontecer terapêutico que permite ao terapeuta formular uma hipótese do que acontece no inconsciente do paciente.

Tomando por base esses conceitos, é de se apreender que se essa hipótese for verdadeira pode produzir uma mudança no mundo interno do paciente, porém se for falsa, pode ser perturbadora e rejeitada em seguida. A elaboração é uma consequência do vislumbramento dos conflitos internos, ocorre como parte integrante da interpretação, que chegando ao inconsciente mobiliza afeto, as relações de objeto, as fantasias e seus entrelaçamentos e gradualmente levam à consciência (KNOBEL, 1986, p. 29). A elaboração é a forma de chegar a um insight, e é através do processo elaborativo se produz mudança

Portanto, essa mudança pode causar extremo bem estar ao paciente, pois quando ela ocorre, este percebe os pontos falhos continuamente vividos em sua história, podendo assim, direcionar um novo caminho, e dessa maneira, encontrar a resolução.

3.3 A ESCUTA EM PSICOTERAPIA BREVE DE ORIENTAÇÃO PSICANALÍTICA

Conforme Frutoso (2008) uma escuta analítica possibilita conhecer os sintomas do paciente, elaborar o sofrimento, transformar e conhecer sua dor e os fantasmas. Dessa forma, a escuta na base de psicoterapia breve de orientação psicanalítica além da função correspondente a uma escuta analítica, tem como procedimento primordial o direcionamento à problemática focal, onde será descartado o material que se encontra longe do foco do sofrimento do paciente.

O trabalho terapêutico da psicoterapia breve de orientação psicanalítica está com enfoque para determinado problema vivido pelo paciente, e por essa razão adquire uma prioridade pela urgência e/ou importância, pois se deixa de lado as demais dificuldades.

Essa idéia é compartilhada por Hegenberg (2004, p.140) que afirma que o paciente, a partir do tempo limitado da terapia instituído desde o início, tende a falar sobre algo que o aflige. Esse autor acredita que o foco deve estar colocado na crise, que conceitua como "uma ruptura do equilíbrio, um corte na subjetividade, uma ruptura de sentido de vida", quando não há crise que estão colocadas nas características de personalidade ligadas ao motivo da consulta.

De acordo com Knobel (1986) as psicoterapias breves são apresentadas como modelos de expansão de técnicas diversas, e até com base conceitual e teórica tão variada que fica, ocasionalmente, difícil apontar sua origem e, em conseqüência, sua compreensão e validade. Esse autor, ainda afirma que as técnicas aplicadas dependem da "inspiração" do terapeuta, pois é este que atua com um tipo de intercomunicação com o paciente, mantendo o que Vera B. Lemgruber (1984) chama de tríade da técnica da psicoterapia breve (atitude, planejamento e foco) que considera como essenciais e característicos do método.

Com isso, o terapeuta utilizará a atenção seletiva, que tem como objetivo conservar o foco, em que deve girar todo o tratamento. As psicoterapias breves aparecem com o intuito de dar assistência a um número maior de pessoas, e por se tratarem de encontrar com o tempo mais reduzido, nesse sentido, as metas do tratamento serão menores, como referencia Braier (1997, p.19):

Na terapia de objetivos limitados, como o próprio nome indica, as metas são reduzidas e mais modestas que as do tratamento psicanalítico. A limitação dos objetivos terapêuticos é característica do procedimento de que nos ocupamos, e aparece em função das necessidades mais ou menos imediatas do individuo. Os objetivos podem colocar-se em termos de superação dos sintomas e problemas atuais da realidade do paciente, o que implica, antes de tudo, o propósito de que este possa enfrentar mais adequadamente determinadas situações conflitavas e recuperar

sua capacidade de auto-desenvolvimento, de modo que na pratica se ache em condições de adotar certas determinações quando isso se revele necessário.

Os alívios aparecerão a partir do momento em que as soluções dos problemas imediatos se cumprirem, em que os conflitos inconscientes dos pacientes tornem-se conscientes, ainda que a meta da psicoterapia breve não seja esta, de tornar os conflitos inconscientes, em conscientes. O trabalho do terapeuta tem um propósito de clarificar e resolver, ainda que de modo parcial, a parte da patologia do paciente.

Dessa forma, ele precisa estar atento para a aparição de mudanças no paciente no que concerne a problemas em outras áreas de vida que não são tratados objetivamente na psicoterapia, mas que aparecem no processo psicoterápico e que estão ligadas as angústias do paciente;

Numa ordem de importância geralmente secundária, figuram diversas formas de oferecer ajuda ao paciente no que se refere às situações perturbadoras, seja procurando aliviar sua ansiedade através de meios como por exemplo os psicofármacos, seja intervindo diretamente nessas situações de sua realidade, como no caso de assistência social, etc. (BRAIER, 1997, p. 20)

No contexto assistencial da psicoterapia breve, pode-se apontar a assistência jurídica, pois quando o paciente está em situação de desacordo com a lei, normalmente vivencia muita angústia. A psicoterapia breve possui outros objetivos, além do predomínio interpretativo, existe também a recuperação da auto-estima, e a obtenção da consciência da problemática.

Como já foi explicitado anteriormente, a psicoterapia breve tem como característica sua curta duração, e por essa razão esse tipo de psicoterapia é também chamada por Braier (1997) de psicoterapias de tempo limitado. Devido a essa limitação temporal fica claramente caracterizado o início, meio e fim do processo psicoterápico, evitando assim, a criação de fantasias regressivas onipotentes da união permanente entre terapeuta e paciente. Em relação a questão temporal, Oliveira (1999) expõe o método utilizado por Mann (1973) que tratava o tempo na psicoterapia breve da seguinte forma:

A questão do tempo, central nesta abordagem, fez com que ele (Mann 1973) estabelecesse um limite estrito de 12 horas de tratamento, divididas de acordo com a necessidade do paciente, em relação à duração e freqüência das sessões. A idéia é que os conflitos e ansiedades relacionados com separação e perda, que representam para ele um tema central, sejam ativados e trabalhados. A atitude do terapeuta é empática, não confrontativa, e ele se utiliza das interpretações transferenciais, análise da resistência e reconstrução genética. (OLIVEIRA, 1999, p. 14)

Esse tipo de psicoterapia trabalha com a resolução de conflitos, porém existe uma eleição dos conflitos a serem tratados, diferentemente da psicanálise que irá buscar os

conflitos infantis de natureza edípica ou pré-edipica, fazendo com que o paciente reviva esses conflitos até conseguir se chegar a resolução dos mesmos através de sua elaboração.

Assim sendo, na psicoterapia breve o terapeuta irá centrar-se nos fatores atuais determinantes a esses conflitos, no entanto se o paciente menciona o conflito infantil e faz uma relação com o conflito atual, cabe ao terapeuta realizar um trabalho interpretativo de certos componentes do conflito com bastante cautela, principalmente se estiverem relacionados com a problemática focal, e se torne importante para a clarificação e a sua superação.

Afora desse contexto, não se deve aprofundar questões do conflito que não venham a auxiliar na sua resolução. A situação em que se deve aprofundar, com interpretações os conflitos, devem ser avaliadas a cada caso, isso pede muito cuidado e experiência por parte do terapeuta. Requerendo mais atenção pois,

Quando se trata de uma psicoterapia de breve duração, o terapeuta pode sentir-se pressionado pelo tempo, devendo evitar sobretudo cair em interpretações prematuras sobre os conflitos infantis. Já sabemos com quanta insistência Freud preveniu os riscos de tal procedimento no tratamento psicanalítico. (BRAIER, 1997, p.24)

A partir da interpretação dos conflitos escolhidos, que são tratados a modo parcial, traz também a resolução parcial, as quais apresentam mudanças dinâmicas nos conflitos, muitas vezes, bastante consideráveis.

Podem ocorrer resistências na psicoterapia breve, que dificultam o trabalho realizado, por se tratar de uma psicoterapia de curta duração, muitas vezes, isso é a razão para que as resistências apareçam. Braier (1997) cita algumas defesas criadas pelos pacientes, as defesas maníacas como a negação, onipotência, etc., que podem surgir concomitantemente as barreiras repressivas de conteúdo inerentes ao sofrimento atual, além de outros mecanismos de defesa como o isolamento, intelectualização, projeção e etc.

Com isso, o autor também aponta que há certos mecanismos característicos dos pacientes, pois é necessário evitar uma mobilização afetiva excessiva e difícil de manejar no tratamento. A resistência de frustração ou de vingança ocorre menos em Psicoterapia Breve, pois por ter curta duração é menos frustrante para o paciente, já existe um vínculo mais "real" e uma maior proximidade afetiva da parte do terapeuta, consequentemente a hostilidade que desperta naquele pode ser menor do que o tratamento psicanalítico despertaria, consequentemente as resistências transferenciais serão menores.

É importante salientar que na psicoterapia breve a concepção da existência de *insight* e de elaboração ainda não são muito visíveis, porém, o sentido de proporcionar a aquisição de

insight em relação as interpretações é condição principal. Os *insights* estimulados pelo terapeuta são em sua maioria resultantes do fortalecimento do ego, por causa da utilidade do fortalecimento e ativação das funções egóicas, também chamadas de psicoterapia de apoio, a psicoterapia breve é considerada como "mista":

Diremos então, que as terapias breves, em seu enfoque e na pratica, com muito mais freqüência, "mista", em vez de serem puramente interpretativas, ou reforçadoras do ego não-interpretativas, ou ainda exclusivamente de apoio no sentido antes descrito, sendo essa natureza "mista" uma característica relevante de tais terapias (BRAIER, 1997, p. 36)

Outro ponto de diferença da psicoterapia breve com a psicanálise é o planejamento, na psicoterapia breve realizam-se metas em relação ao tempo como trabalhá-las.

Originalmente desenvolvida com o objetivo de tornar mais curto os tratamentos, a Psicoterapia Breve veio a converter-se em um modo de tratar preferencialmente certos pacientes, mesmo que a duração não seja ponto de maior importância. Atualmente sabe que são procedimentos técnicos escolhidos em virtude de indicações especiais que tornam curta a psicoterapia. Tal perspectiva representa uma mudança no ponto essencial do problema e a Psicoterapia Breve pode ser justificada como uma modalidade autônoma não por sua pequena duração e sim, pela consistência da sua organicidade, na qual um dos elementos é a brevidade. (MOREIRA FILHO, 1999, p. 88)

Braier (1997) traz mudanças dinâmicas que podem ocorrer com os pacientes após a intervenção da Psicoterapia Breve, dentre outras o alivio, mudanças com relação a perturbações próprias da situação-problema, auto-regulação da auto-estima, considerações de projetos para o futuro. Este autor aponta Wolberg como um dos autores mais entusiastas pela mudança provocada pela psicoterapia breve, Wolberg ressalta que se o tratamento for bem conduzido pode desencadear a partir da "solução de um aspecto do problema do paciente, um processo evolutivo, uma reação em série", alterações substanciais na personalidade.

É notório, então, que o progresso em alguns pacientes é mais perceptível do que em outros, mas o desenvolvimento do processo depende não só de suas próprias condições, como também, o ambiente.

3.4. ENTREVISTA DE TRIAGEM E ENCAMINHAMENTO

Nas situações de sofrimento o sujeito se coloca a disposição nos momentos em que tem a oportunidade de verbalizar sobre as questões que lhe traga desconforto, nessas situações eles necessitam da atenção e compreensão de uma pessoa, assim como do olhar sem

julgamento, e se possível, que juntamente a ele encontrar uma saída para a situação atual. Nesse tocante Lopez (2001) considera que é o momento de acolhê-lo considerando que é uma ocasião que costuma refletir uma crise da sua situação existencial, e deve ser reconhecida pelo profissional.

A partir da entrevista de triagem que também pode ser chamada de entrevista inicial, entrevista diagnóstica, rastreamento ou de entrevistas preliminares (CAPITÃO, 2010, p. 01), o paciente e o entrevistador desenvolverão um ambiente para compartilhamento dos sentimentos, esse é um processo dinâmico onde se estabelece o primeiro contato, é nessa entrevista em que o paciente exporá os problemas que lhe angustiam e o entrevistador encaminhará o norteamento adequado para sua resolução.

A tarefa do psicólogo Lopez *apud* Figueiredo (1995) consiste, portanto, em não permitir que a teoria atue com um aspecto limitante, o que desumanizaria o contato, mas encontrar seu estilo pessoa, usando a teoria como fonte de questionamentos, incorporando-os como instrumento.

Existem vários objetivos envolvendo a triagem, bem como o tipo de triagem realizada, a duração e os instrumentos utilizados entrevista(s), (estruturada, semi-estruturada), questionário, escalas, inventários (auto-aplicado, aplicado por um avaliador) (CAPITÃO, 2010, p. 01).

Nas entrevistas de triagem semi-estruturadas, o entrevistador tem como objetivos coletar os tipos de informação que necessita, questionando o entrevistado com muita clareza. Essa forma de entrevista aumenta a credibilidade das informações recebidas, permitindo que se possa estabelecer uma organização e direcionamento da orientação terapêutica. As entrevistas quando partem do direcionamento psicanalítico, não se limita a apenas um encontro, há ocasiões em que a avaliação inicial pode demandar mais de uma entrevista única.

O cliente por estar em sofrimento fica numa posição de colaborador passivo, o que responde as perguntas realizadas pelo entrevistador. É importante que ele traga a percepção que possui dos problemas, assim como, o desejo de ser ajudado. O entrevistador o convidará a ter mais participação ativa e cooperativa, informando e comunicando-o a respeito de suas dificuldades, seus sentimentos e conflitos (MARQUES, 2005 p. 165).

O processo de triagem é tomado aqui como um espaço de fala para o paciente, que, por si só, pode aliviar a angústia e permitir uma ratificação ou retificação da procura feita. Ou seja, permite de fato verificar quem manterá a demanda — Um sujeito desejante. (SALINAS, 2002, p. 187)

Os objetivos das entrevistas de triagem são de elaborar o histórico clínico, que consistem em conhecer a história do paciente, os aspectos de sua vida, assim como, as questões que falem sobre a queixa da doença atual, com os dados do histórico, o entrevistador poderá chegar a hipótese descritiva e psicodinâmica, nessas duas hipóteses o entrevistador exporá a compreensão que possui da doença do paciente, é uma tentativa de compreensão global de sua patologia que tende a incluir todas as perturbações potenciais conhecidas (MARQUES, 2005 *apud* BRAIER, 1986).

Nesse sentido, Salinas (2010, p. 190) acrescenta que a triagem deve ser entendida e praticada com algo mais do que um momento de conclusão e fechamento. A autora afirma que é necessário que a triagem seja utilizada para subsidiar a construção de um encaminhamento. Esse espaço de acolhida é privilegiado, pois permite a reflexão do sujeito, facilitando ao entrevistador avaliar as reais possibilidades de atendimento no serviço naquele momento.

Depois do acolhimento inicial e das questões serem respondidas, será realizado o prognostico, no qual são descritos os fenômenos da enfermidade. O diagnóstico deve ser elaborado de maneira que seja feita as devida referencias atuais aos aspectos da enfermidade, sua origem e antecipando a previsão de evolução referência. É possível haver a avaliação prognóstica. Em seguida ocorre a indicação terapêutica que consiste na indicação do profissional em qual abordagem terapêutica mais adequada ficará o paciente, como também, o seu tipo: individual, familiar, ambulatorial ou consultório privado.

O entrevistador precisa estar atento para o grau de motivação e de *insight* que possui o paciente, pois nesses aspectos o entrevistado aponta o desejo consciente em adentrar em um processo que possa ajudá-lo, a partir da solução dos problemas, causando, dessa forma, mudanças em sua vida. Esses aspectos podem ser vislumbrados a partir das:

Suas respostas às intervenções do entrevistador, a consciência de sua enfermidade, a capacidade de criticar sua situação de modo flexível, sua possibilidade de trabalhar com vários níveis de expressão simbólica, realizando conexões entre situações vividas no passado e os afetos a elas associados e suas conseqüências na vida real, a honestidade consigo mesmo, para encontrar a verdade sobre sua própria pessoa, a capacidade de auto-observação demonstrarão seu grau de insight e de motivação. (MARQUES, 2005, p. 171)

É fundamental que o terapeuta esteja atento ao nível de funcionamento do paciente, que consiste no grau de contato que o entrevistado possui, em relação à realidade circundante. Marques (2005, *apud* KERNBERG, 1980) assegura que nesse exame o entrevistador avalia a

capacidade do entrevistado distinguir os sentimentos advindos do mundo interno e externo, o juízo crítico, e pela presença ou ausência de afetos e pensamentos coerentes do paciente.

Os recursos do ego são os aspectos maduros e sadios do paciente, nesse sentido fazem-se necessários conhecer as funções básicas do ego do paciente como a orientação, percepção, cognição, linguagem, afeto e conduta, a capacidade do paciente enfrentar perdas e separações, os mecanismos de defesa, a regulação e as características da auto-imagem, as relações objetais, ou seja, a maneira habitual do entrevistado interagir com as pessoas significativas de sua vida. (MARQUES, 2005, p 173)

Dessa forma, na triagem ocorrem fases que acompanham as entrevistas, em que a fase inicial é a que normalmente o entrevistador questiona ao paciente sobre as razões que o levaram a procurar atendimento, é importante que seja realizado o *rapport*, que concordes Tucci (2008), significa receptividade ao que a outra pessoa está dizendo; não necessariamente que haja concordância com o que está sendo dito. Em um nível inconsciente, existe o confortável sentimento de confiança do entrevistado para o entrevistador.

Na fase inicial da triagem ocorre também a coleta dos dados do entrevistado, dados sócio demográficos (nome, idade, escolaridade, profissão, etc) e também os objetivos do tratamento, limites, horários, a duração aproximada da triagem, e se for necessário o caso, os honorários.

O entrevistador, nesse primeiro momento, precisa criar um clima de confiança, com a demonstração de interesse pelo problema do paciente, e também, precisará encontrar um tipo de intervenção que facilite o enfrentamento das ansiedades do paciente, evitando os silêncios prolongados, pois são causadores de tensão.

A fase intermediária apontada pela autora é a de aprofundamento das problemáticas, com uma investigação detalhada, nesse momento o terapeuta deverá utilizar perguntas abertas, clarificações e recapitulações que facilitem o andamento da entrevista. Na fase final remete-se a todo o processo avaliativo com o intuito de fazer um fechamento e criar uma devolutiva.

A devolução, além dos aspectos diagnósticos, precisa contemplar uma hipótese prognostica capaz de tranquilizar o paciente à medida que lhe é mostrado que existem recursos terapêuticos capazes de resolver seus sofrimentos ou, pelo menos, amenizá-los. (MARQUES, 2005, p. 177)

Nesse momento de devolutiva é necessário orientar ao paciente sobre a qual serviço ele será encaminhado, e nortear o paciente sobre o atendimento que foi realizado, pois como cita Herzberg (2009) o cliente quando passa pelo atendimento único freqüentemente não sabe

o que seria um atendimento psicológico prolongado, e em muitos casos possuem a expectativa de que este seja prolongado, ele não possui certeza da razão a qual foi encaminhado.

Na devolutiva é aberto um espaço para o paciente expor sobre a experiência de falar sobre seus sentimentos e pensamentos na entrevista de triagem, após a devolução será realizado o encaminhamento aos locais em que os casos forem necessários.

Capitão (2010, p. 04) menciona que o encaminhamento ocorre diante da forma como o paciente reagiu à devolutiva. O encaminhamento é o direcionamento do paciente para o setor adequado diante dos dados obtidos e com a possibilidade da intervenção necessária.

Dessa maneira, pode-se perceber o quanto caminham juntos o processo de triagem para se ter consciência da melhor maneira de encaminhar.

4.0 O SUJEITO E FAMÍLIA CONTEMPORÂNEOS: A LEI JURÍDICA COMO AUTORIDADE

Esse capítulo tem por objetivo perpetrar um pequeno estudo psicanalítico do indivíduo e da família, apresentando os complexos existentes no desenvolvimento da estrutura do sujeito, assim como, fazer uma comparação da lei e a Lei, buscando observar qual autoridade está intervindo no sujeito contemporâneo, e porque ele se utiliza tanto da intervenção jurídica. Em se tratando do Escritório Modelo de Advocacia trabalha rotineiramente com questões de conflitos contemporâneos, em especial os de ordem familiar, justificando-se a importância da contemplação do estudo.

4.1 SUJEITO DE DEVERES E DESEJOS: ESTRUTURAÇÃO A PARTIR DA PSICANÁLISE

A estruturação psíquica do sujeito depende da superação e vivencia de complexos, tanto familiares, como pessoais para isso é necessário fazer um histórico de desenvolvimento dos complexos traçados por Freud e em seguida, com a colaboração de Lacan.

No artigo *Dissolução do Complexo de Édipo*, Freud (1924) afirma que o complexo de Édipo é um fenômeno central na infância, sendo que é fundamental na estruturação do sujeito além de formação da orientação do desejo. É o Édipo que marca a passagem da natureza para a cultura, do animal para o humano. Segundo o mito original baseado no Édipo - Rei, o complexo de Édipo apresenta-se como:

Conjunto organizado de desejos amorosos e hostis que a criança experimenta relativamente aos pais. Sob a sua chamada forma positiva, o complexo apresenta-se como na historia do Édipo - Rei; o desejo de morte do rival que é a personagem do mesmo sexo e desejo sexual da personagem do sexo oposto. Sob a sua forma negativa, apresenta-se inversamente: amor pelo genitor do mesmo sexo e o ódio ciumento ao progenitor do sexo oposto. Na realidade estas duas formas encontram-se em graus diversos, chamada forma completa do Complexo de Édipo. (SIMÕES JÚNIOR, 1986, p. 100)

No complexo de Édipo, Freud descreve o pai como potente, representando a lei, possibilitando a identificação e abrindo caminho para o desejo do indivíduo, pois é ele que faz a intervenção na relação dual entre mãe e filho, privando a mãe de seu objeto e pondo um limite no gozo desmedido. Quando pai retira seu filho da posição de objeto de desejo da mãe, ele passa de proibidor e privador a permissivo e doador, pois permite que a criança encontre

nele o seu ideal, provocando no menino a identificação. É importante ressaltar que Freud diferenciou o complexo de Édipo dos meninos dos das meninas, sendo que para ele, o das meninas é mais complicado quando afirma:

Nas meninas, o complexo de Édipo levanta o problema a mais que nos meninos. Em ambos os casos, a mãe é o objeto original, e não constitui causa de surpresa que os meninos retenham esse objeto no complexo de Édipo. Como ocorre, então, que as meninas, o abandonem, ao invés, tomem o pai como objeto? Perseguindo essa questão pude chegar a algumas conclusões capazes de lanças luz exatamente sobre a pré-história da relação edipiana nas meninas. (FREUD, 1925, p. 280)

É percebido que Freud não tinha certeza quanto ao término do complexo de Édipo nas meninas, mas concluiu que este se encerraria com a fantasia da menina de ter um filho com o próprio pai, sendo que esta seria a motivadora da masturbação infantil, no entanto, quando Freud analisa os casos por ele atendidos, então conclui que o Édipo possui uma longa pré-história.

Nesse sentido, Lacan (1995, p.208) concorda com a idéia de que no caso do menino, a função do Édipo parece ser muito mais aclarada, destinada a permitir a identificação com ser do próprio sexo, que se produz, em suma, na realidade ideal imaginária análogo ao pai. Mas que na realidade não é o verdadeiro objetivo do Édipo, que é a justa situação do sujeito com referência à função do pai, isto é, que ele próprio acenda um dia a essa posição tão problemática e paradoxal: de ser pai.

O ponto que norteou o Édipo, por completo, foi o questionamento: "O que é um pai? considerado algo muito diverso de ser-se pai, acender a função paterna, pois o que está em jogo no fim das contas, é que os sujeitos se tornam pais" (LACAN, 1995, p. 209). Segundo Pavone (2000, p.32) a função paterna se insere ao sujeito, barrando o gozo imaginário estabelecido entre mãe e filho, consolidado no estádio do espelho na constituição do eu, totalizada no falo (mãe fálica).

Lacan (1995, p. 213) certifica que essa castração exerce um papel essencial para toda continuidade do desenvolvimento, por ser necessária a assunção do falo materno como objeto simbólico. Nessa experiência o sujeito está privado do objeto por aquele que o tem, que sabe que o tem, que o tem em todos as ocasiões e que a criança concebe que esse objeto simbólico lhe será dado um dia. Isso posto, assevera o autor que:

A assunção do próprio signo da posição viril, da heterossexualidade masculina, implica a castração no seu ponto de partida. Isso é o que nos ensina a noção freudiana do Édipo. Precisamente porque o macho, ao contrario da posição feminina, possui perfeitamente um apêndice natural, detém o pênis como pertence, é preciso que ele o obtenha de algum outro, nessa relação aquilo que é o real no simbólico: aquele que é realmente o pai. E é por isso que ninguém pode dizer,

finalmente o que realmente é ser pai, a não ser que isso é algo, que já se encontra ali no jogo. É o que o jogo jogado com o pai, jogo de quem perde ganha, se assim posso dizer, que por si só permite à criança conquistar o caminho por onde nela será depositada a primeira inscrição da lei. (LACAN, 1995, 214)

O fim do Édipo é dependente da instauração da lei como recalcado no inconsciente, mas que permanece. Lacan no Seminário 4 (1995), sobre a castração, assegura que a castração é o signo do drama do Édipo, como também dela é ele o pivô implícito. Mais além, no Seminário 5, sobre a metáfora paterna, Lacan (1999, p.166) assinala que o pai não é um objeto real, ele é uma metáfora, e que a função do pai no complexo de Édipo consiste em ser um significante que substitui o primeiro significante introduzida na simbolização, o significante materno.

A posição do Nome-do-pai:

É uma questão que se situa no nível simbólico. Pode materializar-se sob as diversas formas culturais, mas não depende como tal da forma cultural, é uma necessidade da cadeia significante. Pelo simples fato de vocês instituírem uma ordem simbólica, alguma coisa corresponde ou não à função definida pelo Nome-do-pai, e no interior dessa função vocês colocam significações que podem ser diferentes conforme os casos, mas que de modo algum dependem de outra necessidade que não a necessidade da função paterna, à qual corresponde o Nome-do-pai na cadeia significante. (LACAN, 1999, p. 187)

A inscrição do Nome-do-Pai no sujeito é fundamental, pois a partir dela e a maneira a qual o sujeito sofre essa interdição é que se pode direcionar a estrutura clínica do indivíduo. Albuquerque (2006, p.61) afirma que o psicótico por não ter sofrido a introdução do Nome-do-Pai, possui uma ausência de recursos que possam mediar e organizar a invasão no sujeito de um gozo imediato e sem limite. Com isso, sem a inscrição do Nome-do-pai, tenta substituí-la com a criação de delírios numa louca tentativa de suturar a incompletude do Outro. Onde esse pai não opera, permanece um grande Outro sem lei, um gozo infinito e mortífero para o sujeito.

Já no caso do neurótico, que não só carece do Nome-do-pai, como passa a vida tentando dar consistência ao pai idealizado, que ele mesmo criou e diante do qual, se faz todo, fingindo não ver que a sua interferência absoluta não existe. O perverso passa pelo complexo de Édipo se submete ao Nome-do-pai, porém de alguma forma o rejeita, não se submete ao que a lei do pai propicia e sim ao gozo que ela escapa. Diferentemente do neurótico que se endereça ao grande Outro, o perverso não faz qualquer pergunta se oferecendo como resposta. É uma resposta de desafio ao pai.

Pavone (2000, p. 34) aponta que é a crise do pai que faz a introdução do homem à cultura, da seguinte maneira:

De partida estabelecemos que a crise do pai é a condição do homem para a sua entrada na cultura e, miticamente, é preciso matar o pai da horda primitiva para que ele se eleve à categoria de significante e exerça sua função de símbolo da lei, pacificando a relação entre os homens.

Porém, segundo Santiago (1998, p.26), no artigo *O pai não surpreende mais*, denuncia o declínio da função paterna, pois na atualidade a função paterna só é possível porque o pai não surpreende mais, antes era mais fácil para os pais ocuparem o lugar de ideal, de mestre ou de herói, hoje, ele cumpre sua função ao não surpreender. Desta maneira, os pais não têm mais força suficiente para barrar o gozo demasiado. Concordes com este pensamento, Albuquerque (2006, p.62) alega que a contemporaneidade coloca em xeque a imagem do pai. A figura tradicional de autoridade decaiu e o pai se mostra ausente, carente, humilhado, tornando-se um "pai postiço", muitas vezes como um desempregado, ou apenas um esperma de um banco de doação, nada que sirva para amparar o sujeito em sua figura idealizada.

E se o pai não serve mais como mestre, nem como ideal, o sujeito atual ver-se com o estímulo que o ordena ao gozo desmedido, pois não há mais barreira nem limitações, há apenas o sujeito e seus objetos de gozo. De acordo com essa idéia Pavone (2000, p.35) disserta que:

No coletivo, o que observamos é a prevalência do funcionamento super egóico feroz (supereu materno), ditando a ordem: "Goze" – que nos indica que o pai simbólico está em crise. Este pai que por excelência tem a função significante de barrar o gozo desmedido no sólido imaginário que se institui a partir do discurso do mestre, o Outro Cultural do discurso científico e do capitalismo globalizado.

Concordando com essa idéia, Pimenta (2008, p.08) assinala que o que se consome está relacionado ao desejo, mas também cada vez mais, satisfazer o desejo coincide com a satisfação do corpo próprio, a satisfação pulsional. Em que o sujeito consome os objetos que se pode gozar, e por isso a ordem do mercado é sempre substituir e renovar, levando a uma cadeia de lançamentos que tende ao infinito, e o sujeito está inserido a essa realidade sentindo que se faz necessário acompanhar essas renovações e reformulação do mercado, pois é necessário gozar com os objetos novos do mercado.

Denotando sua constante insatisfação aos objetos de consumo aos quais possuem, perceptível nas queixas dos produtos trazidas pelos consumidores ao PROCON¹ (Órgão de Proteção ao Consumidor) que em 2010 teve 2.304 atendimentos, sendo 1.617 de reclamações

¹ Essa informação foi retirada do site oficial do PROCON – Campina Grande/PB. Disponível em: http://www.proconcg.com/>. Acesso em: 15 de mai. 2011

registradas na cidade de Campina Grande - PB, as reclamações foram registradas no curto período de 16 de junho a 31 de dezembro de 2010.

Com a mudança na sociedade, e conseqüentemente, a transformação instaurada no sujeito, os seus sintomas também sofreram modificações, suas causas também passaram por variações, as mais comuns atualmente, são: o individualismo, a perda dos laços sociais, o consumismo, o narcisismo, a drogadição. Diante disso o indivíduo se sustenta simbólicamente com que a cultura lhe oferece como: o esoterismo, a ciência, a magia, a religião. Tudo é permitido na sociedade onde o pai fracassou. A indústria farmacêutica produz em alta escala os medicamentos que prometem a felicidade sem barreira, como pode ser visto em Birman (2003, p. 192):

Para os ferrados que não conseguem dizer "cheguei" de peito inflado, a fórmula mágica é a alquimia, para mudar a circulação dos humores. É preciso dar uma pancada na bílis negra, nos dizem os novos especialistas da alma sofrente. Assim seria possível, acreditam aqueles, retirar as individualidades do cenário *dark* e inseri-los na cena colorida da representação e do espetáculo. Como os humores são essências eternas e universais destituídas de história e memória, basta a incidência de certas dosagens alquímicas para balançar a economia dos humores para outros pontos de equilíbrio. Enfim, o caldeirão cientifico da feiticeira pode tudo regular de maneira funcional e pontual, ajustando os desequilíbrios humorais.

Mesmo com todos os fatores que favorecem o encobrimento do sintoma, ele sofre alterações e retornam, os sintomas atuais são: anorexias, bulimias, toxicomanias, síndrome do pânico. Barros (2008, p.27) acrescenta a despersonalização e a depressão. E Coelho (2008, p.14) ainda destaca que é possível observar que o sujeito contemporâneo faz uso exagerado de acadêmicas de ginástica, das cirurgias plásticas, *shoppings centers* e da internet, mas, que esses recursos não conseguem aplacar a angústia que possuem.

Nesse sentido, Ungarelli (2008, p.17) enfatiza que o sujeito também faz uso exagerado de micaretas, boates, festas enormes, constantes concursos, a facilidade para comprar, as mudanças dos produtos, em que sua natureza, por vezes maligna, é retirada para estimular o consumo, evidenciando que só há culpa quando não se goza.

O sujeito atual é "desbussolado" como aponta Forbes, em que traz uma grande angústia, muitas vezes revestida e acomodada em neoreligiosidades, neocientificidades, assim como, nos neouniversitários, entretanto a angústia persiste. Barros (2008, p.25) marca a idéia de que a angústia não engana, ou seja, ela atesta o sujeito diante da falta. A angústia não cede ao fascínio do semblante, pela castração, é um ponto de interrupção da série de semblantes que fazem com que tenhamos às vezes com os objetos uma relação de encantamento.

Esse encantamento se dá a partir da identificação, onde o sujeito se identifica com o objeto chegando a confundir-se com ele:

O sujeito de tal forma se confunde com o objeto que a perda somente se completa, não através do luto que é possível fazer, mas através da sua própria destruição. Na nossa época, de modo muito particular em vários setores, o sujeito é levado a coincidir com o objeto. A depressão moderna, que faz com que as pessoas procurem médicos e psicanalistas para ajuda, poderia ser expressa assim: eu sou um objeto. Já não posso investir nos objetos, porque sou um resto de investimentos fracassados. (BARROS, 2008, p. 28)

E essa falta de valor simbólico aos objetos faz com que estes sejam gozados no real, e essa busca incessante de objetos para gozar e não sentir a falta faz com que o homem tornese, segundo Pavone (2000, p.36) um "gozador autista", em que não há limites, cuja família se estruturou para essa falta (de limites) implantando o discurso consumista, em que o pai não surpreende mais, pois o Nome-do-pai não consegue barrar o gozo demasiado. A sociedade clama por mais, e o sujeito não pode ser privado, frustrado e castrado no seu gozo.

4.1.1 O Limite e a Lei

A ausência da Lei do Pai trará conseqüência à vida do sujeito, Leão (2002) acredita que essa "ausência" da metáfora paterna impossibilita a inserção total do sujeito na cadeia de significante, podendo desenvolver a estrutura psicótica. E quando essa metáfora paterna fica mal instalada na cadeia de significante, o sujeito se estrutura a partir de uma perversão da Lei, no âmbito social, que produz como conseqüência a inversão ética, o qual os objetos têm primazia sobre o sujeito.

Esse "assujeitamento" objetal traz como implicação a procura do objeto a qualquer custo, encaminhando-se desta maneira, para a delinqüência que não é exclusiva do sujeito, mais também, ocorre entre grandes corporações, nas práticas públicas e privadas causadoras de escândalos cada vez mais comuns, é o que expõe Leão (2002, p. 68).

Dessa forma, ocorre o desrespeito da lei, dos direitos e de uma impunidade que termina por indicar a ausência de um interdito à ilusão do excesso de gozo imposto pelos objetos. Com isso, percebe-se que o Direito se apresenta como um coibidor social, visando barrar o gozo demasiado.

O *Direito*, na forma que se conhece, procura estabelecer a ordem social, colocando limites às *pulsões*, na pretensão de coibir o excesso de gozo em nome da *Civilização*. Busca barrar os impulsos, principalmente dos que não conseguem respeitá-los sem (a ameaça de) sanção. Na construção, pois, de sua *singularidade*, o

trilhamento pelo *Édipo* irá organizar o aparelho psíquico fundando sua relação com o *laço social*, dado que enseja a entrada e a saída desse *Complexo*. (ROSA, 2004, p. 14)

Entende-se que, onde a metáfora paterna não se coloca, o sujeito pede a intervenção jurídica, torna-se necessária a atuação de um terceiro como detentor da autoridade, exatamente onde o Pai falhou.

Destarte, evidencia-se a questão familiar no desenvolvimento psíquico do sujeito, a vivência dos complexos e suas superações como estruturante. Deve-se destacar a importância desses Outros na vida do sujeito. Garcia (2004) ressalta que, pode-se dizer que a forma simbólica da família é contistitutiva do sujeito, pois é ela que vincula na sua estrutura, a parte do gozo destinada ao sujeito. Essa estruturação familiar indica para a carência que sempre no sujeito é encontrado e este, remeter-se-á aos dizeres da família, antes do seu nascimento, onde está marcado pelo desejo dos pais. Dessa maneira, faz-se necessário conhecer mais sobre a estruturação e os conflitos que dela se deriva.

4.2 A ESTRUTURAÇÃO E CONFLITO FAMILIAR

O comportamento familiar sofreu grandes mudanças desde o século XV, que foi o período em que começou a existir o sentimento de família. Segundo Áries (1978) a partir dos estudos iconográficos apontou que nos séculos XVI e XVII a família transformou-se profundamente, na medida em que modificou suas relações internas e com a criança. Anteriormente a esse período, as crianças eram mandadas à casa de outras famílias com o intuito de aprenderem a arte do ofício. Porém ocorreram algumas mudanças relativas ao comportamento social, e os próprios pais não mais quiseram que suas crianças saíssem do lar, nesse período surgem às escolas, erradicando definitivamente essa possibilidade.

Áries (1978) faz a comparação da família medieval à família moderna, ele considera que a família moderna é a qual se separa, e que toda a preocupação familiar é destinada na produção da criança, sem haver um foco coletivo, ou seja, a criança sendo superior a família. Nesse mesmo sentido, Lacan (1987) afirma:

O grupo formado pela família moderna não se apresenta, com efeito, ao exame, como uma simplificação, mas antes como uma contração da instituição familiar. Ele mostra uma estrutura profundamente complexa, da qual alguns pontos são muito melhor esclarecidos pelas instituições positivamente conhecidas da família antiga que pela hipótese de uma família elementar que não se apreende em lugar algum.

E com Vilhena (2005), em seu artigo Repensando a Família, complementa:

O que observamos então é que a família, herdeira do individualismo, sente a refração em si mesma deste mesmo individualismo exacerbado, fazendo com que cada vez mais se façam ouvir os clamores, muitas vezes nostálgicos, pela volta dos valores tradicionais, pelo respeito aos mais velhos, pelo compromisso com o outro.

A família atual, segundo Souza (1997), modificou-se no seu formato hierarquizado para assumir uma postura mais igualitária, a relação homem e mulher também sofreu mutações, em que o homem era o que possuía controle rigoroso na vida de todos os membros, e a mulher na que se detinha apenas nas responsabilidades do lar. Ainda, de acordo com a autora, há uma diminuição na quantidade dos membros, dentre outras configurações de mudança como o seu formato: a família não precisa mais obedecer ao triângulo familiar e pode ser monoparental, pois hoje a posição da mulher permite a "produção independente", assim como, em casos de separação em que um dos pais assume a responsabilidade de cuidar da criança, existindo um modelo familiar impensável há umas poucas décadas, mas é muito comum principalmente nas metrópoles é a família unipessoal, que são os indivíduos que preferem viver sozinhos. Dentro dessas mudanças, a autora destaca que a família perdeu suas funções privadas, por existir uma recente impermeabilidade em relacionar a vida pública da profissão à vida privada e individual da família, resultando em estado de angústia e sofrimento dessa estrutura. Havendo, assim, a necessidade de terapia familiar.

Nas famílias de baixa renda é frequente uma organização em que há ausência do genitor, ocasionando a mudança na divisão dos papeis, em que a família tradicional, centra-se na figura do pai. A mãe passa a se ocupar das atividades da família, sendo a única responsável pelos filhos, essa figura é quem assegura o mínimo de hábitos ordenados, em consonância com suas próprias crenças. Esse é um caso que demonstra a ausência do pai simbólico que regesse as leis de uma inscrição subjetiva no sujeito.

Garcia (2004) mostra que alguns dos casos que são levados as Varas de Família, são as famílias de classe média, como também de baixa renda e que buscam a separação legal. O autor demonstra que juízes têm buscado assessores-psicólogos para auxiliar no encaminhamento da decisão quanto ao papel da paternidade da família. Essa prática nas Varas de Família faz crer que as questões em relação a paternidade e a filiação se constituem como verdadeiras interrogações dos tempos atuais devido a grande fragilidades dos relacionamentos.

Com a modernidade as instituições familiares alteram casa vez mais. Os casamentos oficiais, religiosos e civis, já não se fazem, necessários para a união se concretizar.

O casamento não é mais considerado para sempre, e as separações são cada dia mais constante, tanto em casamento de longa data como em uniões recentes. (MANZKE E ZANONI, 2008, p. 225)

Souza (1997) apresenta a crise vivenciada pela família, como processo natural relativo ao seu desenvolvimento que está inserido nos estágios de desenvolvimento, a crise ressaltada pela autora é definida como algo que faz parte integrante de todo o desenvolvimento humano, tanto em um nível individual quanto grupal.

Sendo que a crise individual levaria repercussões na vida familiar, pois a problemática vivida por um dos membros influenciaria e modificaria na rotina e comportamento de todos os membros. Dentro da idéia de estágios de desenvolvimento familiar existe o nascimento da família que envolve a escolha do parceiro e razões para essa união, o nascimento do bebê; sendo seguidas pela fase de crescimento do bebê, quais são assinaladas as reações dos pais diante da mudança do bebê; a família e o adolescente a qual vive um período de crise em momentos de rebeldia com os jovens; e o momento em que a família na figura dos pais toma consciência de que os filhos estão maduros e começam a organizar suas próprias famílias, seguido finalmente, pelo momento em que os filhos se casam ou um dia simplesmente decidem morar sozinhos, esses estágio tem muito de melancolia, pois os pais se vêem como inúteis dentro da nova configuração familiar e ainda vivem abalados com o temor da morte.

Segundo Souza (1997), a formação familiar pode se dar através de causas concretas, conscientes e inconscientes. E que na procura do parceiro quase sempre existem muitos segredos, e quando em pesquisa a esse respeito, então são percebidas as razões lógicas e conscientes, entretanto, quando questionada a razões da escolha, as respostas são sempre sem significação e incomuns.

Um mecanismo muito usado nos relacionamentos é a projeção, pois essa escolha pode ser determinada pela necessidade de encontrar na outra pessoa a possibilidade de realização de desejos infantis. Apesar de que, a maneira como se dá essa escolha pode ser variável. Checchionato (2010) aborda o tema da escolha do parceiro da seguinte maneira: os homens e as mulheres, quando vão escolher seus parceiros, não escolhem pelo sexo biológico, o que na realidade determina o parceiro-sintoma são as estruturas significantes do corpo como meio de gozo. E ainda que "o parceiro-sintoma de homem tem forma de fetiche, enquanto o parceiro-sintoma do falasse feminino tem forma erotomaníaca" (MILLER, 1998).

Outro princípio trazido por Souza (1997) é da reciprocidade e complementaridade em que existe um "contrato secreto" nos casamentos, esse contrato não é fixo e pode sofrer

mutações ao logo do relacionamento, a partir das necessidades do casal. O terceiro princípio é o de que os humanos querem e buscam relações com o outro, pois necessitam amar e ser amados, precisam de um espaço para depositar seus sentimentos e satisfazer suas necessidades inerentes a cada estágio de desenvolvimento. O último princípio apresentado pela autora é relativo ao complexo de Édipo, em que a escolha do parceiro sofre influências dos primeiros parceiros amorosos que possuímos.

Após configurada a formação dessa família surge um novo personagem em sua constituição; o bebê. E é importante destacar que a participação do pai é fundamental para se configurar a situação triangular do qual desenvolverá o psiquismo do bebê, pois esse pai representa a lei essencial à formação do superego. Souza (1997) afirma que o nascimento do bebê não pode ser considerado meramente "casual", pois são acontecimentos que não escapam ao plano inconsciente. Ter um filho significa se sentir possuidor de algo, e autora complementa, que essa gravidez pode surgir como solução de conflitos com a própria identidade feminina, ou para negar a finitude do ser humano.

Lacan (1987) ao retratar o contexto familiar, conceituou a família como sendo uma instância psíquica, que nunca objetiva os instintos, mas sempre os complexos que se liga sob uma forma fixada de conjunto de reações e que podem interessar a todas as funções organizadas, desde a emoção até a conduta adaptada do objeto. Podendo desempenhar um papel de organizadores no desenvolvimento psíquico, pois eles aparecem aliados aos fenômenos ligados à personalidade, assim não motivados inconsciente não apenas justificações passionais, mas racionalizações objetiváveis.

O primeiro complexo citado por Lacan é do desmame. Esse fixa na relação da amamentação e frequentemente comportam um traumatismo psíquico como podem causar as anorexias ditas nervosas, toxicomanias pela boca e neuroses gástricas. Causando traumas ou não, esse complexo pode deixar marcas no psiquismo humano com relação ao biológica interrompido.

A psicanálise encontra como fundamentos ultima do imago do seio materno: são as fantasias de sonho, como as obsessões da vigília de desempenhar como uma precisão impressionante as imagens do habitat intra-uterino e do limiar anatômico da vida extra-uterina e do limiar anatomicamente da vida extra-uterina.

Para Melanie (*apud* Nasio, 1995, p. 153) o trauma que a criança sofre não é o da castração como afirmava Freud, e sim o do desmame. Que a criança vivencia a nostalgia profunda do seio, ou memórias da pulsão, é inimigo das satisfações que a pulsão é encarregada de assegurar, e é aí que entra, na experiência humana, a destruição. Ao passo que

Lacan explicita que essa imago deve ser sublimada para que novas relações se introduzam com o grupo social, para que novos complexos as integrem ao psiquismo.

O que segue o complexo de desmame é o de intrusão, marcada pela experiência em que o sujeito primitivo realiza com outros indivíduos na relação doméstica, ou seja, quando ele se reconhece como tendo irmão. E que a imagem do irmão não desmamado só atrai uma agressão especial porque repete no sujeito a imago da situação materna, e com ela o desejo de morte. O papel traumatizante do irmão é constituído por sua intrusão, e a forma do aparecimento que determina sua significação para o sujeito.

Lacan (1987) aponta um possível comportamento da criança:

Surpreendido pelo intruso na aflição do desmame, ele o reativa sem cessar diante de seu espetáculo: faz, então, uma regressão que se revelará, segundo os destinos do eu, como psicose esquizofrênica ou como neurose hipocondríaca; ou então ele reage pela destruição imaginária do mostro, que dirá, do mesmo modo, quer impulsões perversas, quer uma culpa obsessiva.

Seguindo, vem o complexo de Édipo que marca todos os níveis de psiquismo, com efeito, ele aparece como o eixo segundo qual a evolução da sexualidade se projeta na constituição da realidade. O complexo ocorre através de um conflito triangular, sendo a mãe o primeiro objeto dessa tendência ainda contido os ideais do desmame, pois a criança se impõe como ideal de absorver o alimento a esse seio, iniciando aí o conflito edipiano.

O papel do Édipo seria correlativo da maturação da sexualidade infantil, também inicia seu estado de latência. Tendo a imago do progenitor do mesmo sexo, o ideal do eu contribuindo assim para o conformismo sexual do psiquismo.

Assim, a criança que não supera bem esses complexos possivelmente tende a desenvolver um comportamento patológico dentro do grupo familiar. Na concepção de Lacan (1987) o sintoma da criança se encontra no que há de sintomático na estrutura familiar, pois a criança é alvo da projeção dos ideais e frustração dos pais. E esse sintoma da criança oculta à verdade do casal. Lacan (1987) dá ênfase à importância da mãe, em que mãe e bebê em um determinado momento adquirirão um caráter simbiótico em que a criança se torna um falo para a mãe.

Para esse desenvolvimento são pontadas três fases, na qual a primeira a criança tem certeza de que é o falo da mãe e pai fica longe dessa relação. Já no segundo a criança não tem certeza mais se ela é realmente o falo da mãe, o pai é apenas pressentido pela criança. E finalmente, a ela possui a certeza de que não é o falo da mãe.

Se a criança não superar a primeira fase, desenvolverá uma psicose, na segunda ela desenvolverá a perversão, somente se ela conseguir superar todas as fases é que desenvolverá uma neurose.

Freud (1996) descreve comportamentos patologizantes da família no artigo Romance Familiar, em que a tendência do individuo é querer se libertar da autoridade dos pais, porém uma classe de neuróticos possui uma tendência a não desenvolvê-la. Inicialmente, o desejo mais importante da criança é de igualar-se aos pais, porém a partir das relações com outras crianças e suas famílias, a criança inicia uma comparação entre seus pais e outros pais, considerando que os seus a negligenciam, no aspecto de ter de dividir o amor dos pais com os irmãos. Respondendo da maneira hostil a esses pais, desenvolvendo uma rivalidade que nos meninos é muito maior pra com o pai do que com a mãe.

O estágio seguinte é o de afastamento do neurótico, de fantasiar e querer criar pais melhores. Quando a criança toma conhecimento das funções sexuais dos pais e das mães, então tende a imaginar situações eróticas em que coloca a mãe em situação de infidelidade. É preciso ressaltar que essa hostilidade infantil não possui uma má intenção, elas continuam sob um leve disfarce da primitiva afeição da criança por seus pais, essa infidelidade e a ingratidão são meramente aparentes.

As substituições ocorrem, na maioria das vezes, por pessoas de melhor situação:

Dessa forma a criança não está descartando o pai, mas enaltecendo-o. Na verdade, todo esse esforço para substituir o pai verdadeiro por um que lhe e superior nada mais é do que a expressão da saudade que a criança tem dos dias felizes do passado, quando o pai lhe parecia o mais forte dos homens, e a mãe mais linda e amável das mulheres (FREUD, 1950, p. 222)

Essa é a expressão de um lamento pelos dias felizes que se foram, pois desta maneira voltam a enfatizar nessa fantasia a supervalorização dos pais característica nos primeiros anos de vida. Podendo ser os pais temas dos sonhos dos adultos normais e essa supervalorização os colocaria ainda nessa função de poderosos, mesmo que ainda em sonho.

4.2.1 A Separação e o divórcio

Separação é um processo complexo, que se inicia a partir da ruptura do relacionamento do casal, traz a tona um misto de sentimentos, emoções, saudades, perdas, raivas, estresse, culpa, paz, tranqüilidade, reconstrução, dentre outros. (Souza e Miranda, 2008, p. 211).

Separação é um evento desestabilizador, cujas tonalidades geram ansiedade para todos os membros da família. A nova e imprevisível carga de tensão dá margem à escassa atividade representativa dos eventos futuros, e muitas em termos catastróficos. Por isso, cada qual luta para manter estáveis as configurações relacionais que mais lhe davam segurança emocional. Isso é mais evidente para os filhos solicitados a escolher entre as duas figuras emocionais significativas (ANDOLFI, 1995, p. 189).

Nessa situação, os filhos encontram-se, não na posição de mediadores, mas de intermediários entre adultos. A prática de aconselhamento ou acompanhamento de casais em situação de divórcio é de que os argumentos de cada um são ditos com discursos de autojustificação e acusação ao outro nas reuniões de conciliação.

Com a existência da lide entre o casal, os filhos são consequentemente, envolvidos, porém torna-se necessário conscientizá-los de que o conflito existente entre os genitores de maneira alguma interferirá na relação pai/filho, e que a separação não romperá os laços familiares existentes entre eles, como ressalta Souza e Miranda (2008, p.212).

Se os cônjuges tiverem maturidade, souberem separar o papel de marido e esposa do papel de pai e mãe, ambos sairão beneficiados por não viverem mais em ambiente hostil. Os filhos não se sentirão mais culpados pela infelicidade dos pais afastarem mantendo um relacionamento conjugal por cauda deles.

Quando os pais encerram sua preocupação aos primeiros momentos da separação em seguida inicia-se um novo conflito, a guarda da criança. Uma nova competição principia ao casal: quem ficará com a guarda dos filhos?

4.2.2 Guarda dos filhos

O Código Civil define que no caso de separação conjugal, será acordada entre os cônjuges a guarda dos filhos, e se não houver entre eles, a guarda será atribuída a quem possuir melhores condições para exercê-la. Na contemporaneidade o que se tem procurado é uma co-responsabilidade parental, com intuito de manter a criança em situação de proteção e um bom desenvolvimento psicossocial.

As formas de guarda existente são: Guarda Alternada, Guarda Monoparental, Aninhamento e Nidação e Guarda Compartilhada.

A guarda alternada é aquela em que um dos cônjuges fica com o direito de exercer a guarda da criança e ao outro o de visitação, porém existe uma alternância entre os cônjuges em períodos pré-determinados. Esse modelo prejudica os hábitos da criança, dificultando a criação de valores em que ela pode estabelecer diante de tantas variações no lar.

Já a guarda monoparental, exclusiva e única é, tida quando um dos cônjuges fica com a guarda da criança, enquanto o outro apenas realiza visitações. É um modelo que afasta a criança do outro cônjuge o qual não possui sua guarda.

Na aninhamento e nidação a criança fica ora com o pai, ora com a mãe igualmente a guarda alternada, porém o menor não muda de casa e sim os pais é que se mudam pra a casa dos filhos. Esse modelo, igualmente ao da guarda alternada, acaba dificultando na criação dos hábitos da criança dentro do lar.

Enquanto que, na guarda compartilhada um dos pais pode manter a guarda física do filho, no mesmo instante que, partilham igualmente sua guarda jurídica. Garcia (2004) considera a forma mais viável para a criança. Essa idéia é compartilhada por Souza e Miranda (2008) que concordam com esse modelo, onde os pais continuam exercendo sobre os filhos, ou seja, a autoridade parental. Desta forma, há um chamado dos pais cuidarem juntos dos filhos.

Tudo isto posto, compreende-se que a situação de conflito intrafarmiliar afeta diretamente os indivíduos que ainda estão em desenvolvimento. Entretanto, mesmo com os incontáveis conflitos que a essa família se abata, é possível, após sua resolução, restabelecer, novamente, um ambiente favorável para edificar uma formação saudável nesta nova configuração familiar.

5.0. INSERÇÃO DO ESTAGIO DE PSICOLOGIA NO ESCRITÓRIO MODELO DE ADVOCACIA

A realidade vivenciada numa instituição jurídica pode ser de rico aprendizado para o estagiário de psicologia. Esse capítulo fala sobre Escritório Modelo de Advocacia na Universidade Estadual da Paraíba, trazendo uma apresentação dessa instituição, seu desenvolvimento histórico, assim como, faz um resgate vivencial do estágio de Psicologia lá realizado, amparando nos resultados do Escritório Modelo de Assistência Jurídica da Universidade Federal de Santa Catarina que se apresentou como satisfatórios.

5.1. HISTÓRICO DO ESCRITÓRIO MODELO DE ADVOCACIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

O Escritório Modelo de Advocacia (EMA) da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) foi um projeto idealizado pelo professor Juvino Sebastião, professor do curso de Direito, fortaleceu-se em 1985, através dos estudantes do Centro Acadêmico Sobral Pinto.

O EMA-UEPB em primeiros momentos de fundação, sob coordenação de Hilda Mangueira, só funcionava com limitadas condições, devido a falta de material que até então era doado pela Prefeitura Municipal.

Em 2005 Moisés Rocha foi intitulado coordenador administrativo, e, juntamente com Rejane Vasconcelos, nomeada coordenadora pedagógica, ficaram responsáveis de reerguer o EMA-UEPB, tanto sua estrutura física, quanto sua organização administrativa. Em 2006 foi realizada a reforma do prédio e as instalações foram atualizadas, com equipamentos novos para facilitar o trabalho dos profissionais e melhorar o conforto dos clientes. Nesse mesmo ano os professores/advogados passaram a ser contratados pela universidade, pois até então era profissionais cedidos pela Defensoria Pública.

Em 2008, na coordenação do professor/advogado Guthemberg Cardoso, iniciou-se um estágio voluntariado no EMA-UEPB com uma aluna de Psicologia-UEPB, se sob supervisão do professor Jorge Dellane do Departamento de Psicologia, nesse estágio as atividades realizadas pautava-se em intervenções no tocante à escuta psicológica dos clientes e o encaminhamento à Clínica Escola de Psicologia. Após dois anos de voluntariado esse estagio tornou-se não-obrigatório, na orientação da professora Regina Celi Sales do Departamento de Psicologia.

Com a contratação da Assistente Social, Iara Caldeiro, em meados 2009, pode-se observar no EMA-UEPB um trabalho multidisciplinar, onde quem mais se beneficiava eram seus clientes.

5.2. ATUAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DE PSICOLOGIA EM ESCRITÓRIOS MODELOS DE ADVOCACIA – OUTRAS REALIDADES

Pensar no auxílio da resolução de conflito jurídico é também pensar em saúde. A OMS (Organização Mundial da Saúde) diz que "Saúde é o estado do mais completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de enfermidade". Segundo Sciliar (2007) um conceito favorável para analisar os fatores que interferem e sofrem interferência sobre a saúde é o Campo de Saúde (*health field*), estabelecido por Marc Lalonde em 1974, na época, Ministro da Saúde e do bem-estar do Canadá, esse conceito abarca a biologia humana, o meio ambiente, estilo de vida, a organização da assistência à saúde.

Em concordância com essa ideia, Almeida Filho (1998) traz conceitos de saúde coletiva, apresentando-a como campo científico, ou seja, produtor conhecimentos em relação do objeto 'saúde', contemplando vários ângulos, práticas, onde se realizam diversas organizações. Esse autor cita os pressupostos de Paim (1982) na saúde coletiva, da seguinte maneira:

- A saúde enquanto estado para a vida e produtora de um campo de saber, está vinculado à estrutura da sociedade.
- As ações de saúde (promoção, proteção, recuperação, reabilitação) constituem uma prática social e trazem consigo as influências do relacionamento dos grupos sociais.
- O objeto da saúde é construído nos limites entre o biológico e o social, nesse sentido, enfatizam que o caráter interdisciplinar desse objeto sugere, não apenas, uma integração no plano do conhecimento, mas também no plano da estratégia, de reunir profissionais com múltiplas formações.

E finalizam os pressupostos com a seguinte afirmativa: "O conhecimento não se dá pelo contato com a realidade, mas pela compreensão das suas leis e pelo comprometimento com as forças capazes de transformá-la" (ALMEIDA FILHO, 1998, *apud* PAIM, 1982)

Com a intenção de transformar a realidade dos indivíduos em busca de auxilio jurídico, que a prevenção também pode ser ressaltada nesse ambiente. O conceito de ação preventiva defendido por Czeresnia (2003) é de intervenções orientadas a evitar o surgimento

de incômodos específicos, reduzindo sua incidência e prevalência nas populações. O trabalho do setor de psicologia realizado em um Escritório de Assistência Jurídica pode ser vislumbrado como preventivo, a partir do momento que impede uma ação longa e desgastante de duração no judiciário, por exemplo, a técnica da mediação e da escuta psicológica, usadas em casos como os divórcios litigiosos em que pequenos conflitos entre casais (que poderiam ser solucionados com diálogo) bloqueiam o andamento célere da justiça.

Dessa forma, nota-se o quanto é enriquecedor o trabalho interdisciplinar, pois permite a evolução da teoria e técnicas de áreas distintas, como também estimula o respeito e compreensão entre as mesmas.

Nesse norte, Pires e Matos (2010) abordam a interdisciplinaridade como formas de relacionamento, tanto no que diz respeito à hierarquia institucional, à gestão, à divisão e à organização do trabalho, quanto às relações que os trabalhadores estabelecem entre si e com os usuários do serviço e a manifestação de subjetividades.

Dando enfoque a saúde coletiva, através da intervenção preventiva na instituição jurídica, faz-se necessário descrever a realidade dos Escritórios Modelos de Advocacia.

Esses estabelecimentos têm como diretrizes atender as necessidades de estágio aos alunos do curso de Direito com a intervenção prática, onde os mesmos têm a possibilidade de observar os trâmites jurídicos, e oportunizá-los a formar conceitos, e sua personalidade profissional, bem como, servindo à comunidade mediante a assistência jurídica gratuita.

Nesse ambiente, normalmente, há grande circulação de pessoas que buscam desde uma simples consultoria até efetivamente movimentar o judiciário via Escritório Modelo. Esse espaço pode abrir a possibilidade da intervenção multi e interdisciplinar, com a colaboração de alunos de outros cursos, como por exemplo: Psicologia e Serviço Social, onde esses estagiários atuariam no setor de acolhida da clientela, realizando a escuta dos conflitos, para em seguida encaminhar ao setor mais adequado à sua resolução. Também deve-se levar em consideração que há casos de extrema necessidade de intervenção terapêutica, solucionados a partir do encaminhamento psicológico.

Como Beiras, Cruz e Martins (2005, p. 43-44) ressaltam:

Num Escritório Modelo de Assistência Jurídica, um das possibilidades de atuação dos psicólogos ou estagiários de Psicologia é avaliar qual a intervenção adequada ou qual encaminhamento para casos que envolvem demandas emocionais os quais interferem diretamente no bem-estar da pessoa ou no andamento do processo judicial, bem como questões familiares que fogem das possibilidades de atuação do Direito tradicional (ainda disseminado entre as Faculdades de Direito) envolvendo conflitos que demandam conhecimento de outras áreas.

A questão dos conflitos intrafamiliares, causa comum na busca de auxilio jurídico, coloca intenso sofrimento emocional aos clientes que procuram o Escritório Modelo de Advocacia, nesse sentido a escuta ao recebê-los torna-se de extrema importância como fator para diminuição da ansiedade.

Deve-se ficar atento com possíveis confusões da prestação de serviços psicológicos com a psicoterapia em um Escritório Modelo de Advocacia, embora seja realizada a escuta clínica, o norte que é dado a essa escuta é diferenciada. O trabalho realizado nesse tipo de instituição se coloca como assistência jurídica, e por mais que o efeito seja terapêutico, a intervenção psicoterápica não é indicada.

Em observância do caso do Escritório Modelo de Assistência Jurídica (EMAJ) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), nos períodos de 2003-2004, percebeu-se como uma experiência proveitosa tanto para os acadêmicos de Psicologia quanto dos de Direito.

O trabalho realizado ocorreu a partir do projeto de extensão que objetivava inserir a prática da Psicologia Jurídica neste escritório. Os estagiários de Psicologia realizaram atividades dando enfoque à Psicologia Jurídica, com realizações de perícias psicológicas nos casos que era necessário subsidiar decisões judiciais. A peritagem realizada tinha como método de investigação utilizada pelos psicólogos na área clínica, diferenciando-se por ter como finalidade a interpretação dos dados.

Outra atividade realizada foi a de prestação de serviços psicológicos com os clientes que procurava o Escritório Modelo, em especial os casos onde havia a desistência pela demora na resolução, as quais são chamadas de "demandas desnecessárias" pelos alunos de Direito. Os estagiários de Psicologia observaram cuidadosamente a realidade em que estão inseridas a clientela do EMAJ, para que com isso fosse realizado o trabalho mais proveitoso.

Roehrig e Siqueira (2008) ressaltam que é imprescindível o psicólogo jurídico ter uma visão mais ampliada e integrada da vida do sujeito, não só o fato jurídico, ou apenas um corte situacional da vida do mesmo. Com isso, eles apresentam as seguintes atribuições aos psicólogos:

Cabe ao psicólogo visualizar, além dos fenômenos e processos psicológicos, o processo humano e subjetivo que se desenrola na vida dos indivíduos envolvidos, as dinâmicas relacionadas implicadas num conflito, os âmbitos e níveis institucionais correlacionados e as repercussões sociais implícitas, pois estes aspectos devem ser considerados no momento das indicações e intervenções realizadas. Isto requer uma atividade avaliativa, não necessariamente perícia, nem tampouco psicodiagnóstica (adequada à pratica terapêutica), mas que seja pertinente ao papel no campo jurídico. (ROEHRIG E SIQUEIRA, 2008, p. 195)

Essas informações eram coletadas em momento da triagem, atividade também desempenhada pelo grupo extensionista. Outro método de trabalho das especificidades da prestação de serviços psicológicos no EMAJ foi a utilização de técnicas de mediação.

Beiras, Cruz e Martins (2005) afirmam que a mediação de conflitos é uma forma mais ativa diante da negociação, diferentemente da arbitragem, a qual é realizada por uma pessoa externa ao relacionamento do conflito, a diferença é que o árbitro toma a decisão pelas partes envolvidas no conflito, na mediação o mediador auxilia na decisão, mas não de forma autoritária.

Foi percebido pelos estagiários de Psicologia, a partir de depoimentos dos clientes daquela instituição, que a preocupação era crescente a respeito da avaliação de conflitos intrafamiliares e interpessoais e isso propiciou a prática da prestação de serviços psicológicos para as partes envolvidas em conflito. Em seguida, para discriminar a demanda observada e encaminhada, como também era fornecido, aos alunos de Direito, subsídios a fim de orientálos nos casos, ou seja, a partir da escuta inicial, o estagiário de Psicologia preparava uma síntese do conflito jurídico trazida pelo cliente de forma prática, mas não lhe impossibilitava de falar sobre outras questões que lhe trazia sofrimento e se implica ao conflito jurídico, questões que em muitos casos são desnecessários ao processo, e por essa razão é rejeitada pelos operadores de Direito. Beiras, Cruz e Martins (2005, p. 45) nesse sentindo trazem a idéia de que:

Os operadores do Direito tendem, em sua maioria, a esperar que os clientes tragam suas questões jurídicas de forma separada e clara de seus outros conflitos, embora esta tendência tenha se modificado gradativamente a partir de uma maior valorização do afeto nas situações englobadas pelo Direito de Família.

A intenção do grupo ao realizar esse trabalho foi de evidenciar a relação e importância entre psicólogos e operadores do Direito. E que a atuação multiprofissional nos projetos de extensão e estágios beneficiam a comunidade e os futuros profissionais. Trazendo um desafio, e a riqueza de tal experiência.

5.3. INSERÇÃO DO SETOR DE PSICOLOGIA NO ESCRITÓRIO MODELO DE ADVOCACIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

O contínuo esforço da prática e o estudo teórico aperfeiçoaram o trabalho do setor de Psicologia no Escritório Modelo de Advocacia (EMA) da Universidade Estadual de Paraíba (UEPB) desde sua estruturação há três anos. Em 2008, período o qual foi iniciado o estágio

voluntário do EMA-UEPB, as atribuições traçadas ao estágio ocorria apenas no sentido da observação de necessidades do auxilio terapêutico e o encaminhamento à Clinica Escola de Psicologia, a partir da triagem de maneira interventiva.

Nesse modelo de triagem é possível confrontar o indivíduo em suas ambivalências, experiências de desvalorização e ressentimento, ajudando-o a fazer uma reavaliação e aceitação, como também busca um sentido que ele dá a sua vivência.

Dessa maneira, é possível clarear e reordenar o que o cliente traz, a partir da triagem interventiva. Esta tem como objetivo, segundo Lopez (2001), de "abrir novas possibilidades, novos caminhos, certezas que ficam abaladas, papeis ou situações que podem ser vividos de outro modo, ou seja, pequenas aberturas no cotidiano, que podem anunciar grandes rupturas".

Com isso era possível, junto ao cliente ressignificar o conflito o qual vivenciava. A entrevista de triagem passou a ser semi-estruturada, pois no método anterior havia uma confusão por parte dos clientes com a psicoterapia. Nesse modelo, os objetivos eram claramente traçados junto ao cliente, e somente era realizado nos casos com necessidade de encaminhamento a Clinica Escola de Psicologia. Com essa interação junto a clientela, foi possível observar os conflitos vivenciados pelo sujeito contemporâneo, assim como os conflitos existentes nos grupos familiares.

Outra atribuição foi colocada ao Setor de Psicologia: todos os clientes encaminhados pelo advogado ou os estagiários de Direito, passavam antes pela escuta psicológica, com referencial da Psicoterapia Breve de Orientação Psicanalítica. Essa escuta se dava com o direcionamento focal, onde o conflito jurídico aparecia incessantemente, porém a carga de afeto e significação atribuída era claramente explícita. Aos casos de conflito familiar a necessidade da escuta era mais enfática, e o retorno a uma nova escuta eram soliticitadas, porém quando muito se repetia, ou seja, quando o indivíduo necessitava de mais escuta, era realizada, então, a entrevista de triagem.

No início do estágio voluntário, a prática da Psicologia Clínica no EMA-UEPB foi fortemente aplicada, por mais que a realidade jurídica e as falas dos clientes fossem nesse norte, o Setor de Psicologia foi vislumbrado como independente da instituição inserida, a partir da entrada da assistente social, tornou-se mais evidentes os pontos de colaboração dessas duas áreas no setor jurídico. E a partir de então, a atividade interdisciplinar incitou outros estudos e com isso a aplicação da Psicologia Jurídica.

O psicólogo jurídico, no início de seus encargos profissionais, tinha como responsabilidade apenas a elaboração laudos e pareceres psicológicos para a tomada de decisão nas questões judiciais, no entanto, com o decorrer do tempo e maior enfoque nessa

área, repensou-se a vastidão de atividades destinadas a esse profissional na área jurídica, Brito (2005) apresenta as seguintes incumbências: apoio, mediação, aconselhamento, orientação, encaminhamento e prevenção. Ideia compartilhada por Altoé (2001) que qualifica o psicólogo jurídico a acompanhar o sujeito nas delicadas, difíceis e dolorosas questões jurídicas, que causam um extremo abalo emocional.

Com isso, a atividade do EMA-UEPB realizado pelo Setor de Psicologia se tornou de caráter jurídico a partir do momento em que houve a interação da estagiária de Psicologia e os estagiários de Direito, juntamente da assistente social alí alocados.

O estágio voluntariado se tornou não-obrigatório e seus encargos sofreram alterações que a realidade prática solicitava. Atualmente, as atividades desempenhadas no EMA-UEPB são de acolhimento ao cliente, a escuta de sua demanda jurídica e o encaminhamento ao setor responsável. O estagiário de Direito recebe o mesmo cliente depois de realizada a escuta com o estagiário de Psicologia, mas para isto é feito uma síntese do caso, apenas com as questões pertinentes ao interesse jurídico, dessa forma existe a maior agilidade dos operadores de Direito e a escuta mais aprofundada pelos estagiários de Psicologia.

Essas duas áreas que tanto se diferenciam têm muito a contribuir juntas, uma com a objetividade e praticidade visando à resolução dos conflitos a partir da lei, e a outra com sua subjetividade e compreensão, com o mesmo intuito; a resolução do conflito, porém, não apenas nos trâmites jurídicos, mas que isso ocorra também internamente ao sujeito que busca auxílio.

Dessa forma, torna-se importante destacar que esse estágio seja estimulado, assim como a vivencia da prática da Psicologia nos mais variados setores. No presente, existe um grupo de novos estagiários de Psicologia que objetivam dar continuidade a esse trabalho.

Direito e Psicologia caminhando juntos trazendo frutos aos acadêmicos, com aperfeiçoamento da técnica e experiência multidisciplinar, como também, à comunidade, que é que mais se beneficia com essa união.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A psicologia desde o seu surgimento muito se modificou, ocupando novos espaços e reivindicando por melhorar sua prática e colaborar com a sociedade de maneira coletiva e decisiva.

Dentro dessa realidade, é importante destacar que não somente a Psicologia modificou-se, mas também o sujeito, seu objeto de trabalho. O sujeito contemporâneo busca as praticidades e as soluções fáceis sociais, dessa maneira, não tem mais tanto tempo livre, e por essa razão começou a tornar-se mais individualista. As próprias exigências cresceram, é preciso ter sempre o melhor; seja com o corpo (aspectos de estética), com emprego de maior *status* e bens materiais.

Os aspectos relacionados a essa demanda de consumo, trazem em muitas situações sérias conseqüências, por exemplo, quando uma determinada parcela da sociedade não pode usufruir dos produtos tidos como essenciais, então, tenta conseguí-los, estimulando cada vez mais os aspectos da violência. E a questão do consumo contemporâneo tem criado conflitos dentro do lar, seja por uma mãe que exige a pensão do ex-marido, seja por conflitos com os filhos adolescentes que querem usar determinada marca e se expõe aos perigos dos roubos para obtê-los.

Casos desse tipo adentram às Instituições Jurídicas cotidianamente, buscando auxílio, como na instituição do EMA-UEPB, em muitas situações por desconhecimento, esse cliente expõem suas questões subjetivas para o advogado, relatando temas que pouco podem contribuir no processo. Nesse tocante, ressalta-se a importância de um Setor Psicologia em EMA's para realizar a acolhida dessa clientela, realizar a escuta e se assim for querido pelos clientes, serem encaminhados para o serviço psicológico gratuito.

Nesse tocante, o presente o trabalho alcançou seu objetivo de demonstrar a possibilidade de intervenção de um Setor de Psicologia no EMA-UEPB, como também apresentou os norteamentos teóricos possíveis essa prática, dando ênfase e realidade vivenciada, em um estágio de Psicologia.

Diante do exposto, percebe-se que a prática em estágio, traz ao estudante uma visão crítica e amadurecimento em relação à sua conduta profissional, como também, estimular o estudo e aprofundamento de conceitos teóricos com o intuito de aplicá-los à prática. Realidade percebida nesse trabalho, a partir da atuação do estágio, foi a possibilidade de aprofundar os conhecimentos acerca da psicologia clínica e jurídica, embasar teoricamente a

aplicação da escuta e justificar na literatura, a estruturação e formação do sujeito na contemporaneidade.

É claramente percebido que a união de duas áreas atuando de maneira interdisciplinar trará conseqüências benéficas à comunidade e ao futuro profissional que estiver participando desse trabalho, destaca-se que, atualmente um grupo de alunos de Psicologia se dispõe a continuar esse trabalho, e a partir da própria intervenção elaborar um novo saber, se adequando para o mercado profissional.

REFERÊNCIAS

ALBURQUERQUE, Judith. Declínio da autoridade do nome do pai ao sinthoma. In: **Revista do Tribunal Regional do Trabalho**. 3ª Reg., Belo Horizonte, v.43, n°.73 p.61-68, jan./jun.2006.

ALMEIDA FILHO, Jairnilson S. Paim e Naomar de. Saúde coletiva: uma "nova saúde pública" ou campo aberto a novos paradigmas? **Scielo.**Publicado em: 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rsp/v32n4/a2593.pdf> Acesso em 11 de dez. 2010.

ALTOÉ. Sônia. "Atualidade da Psicologia Jurídica" in PSIBRASIL. **Revista de Pesquisadores da Psicologia no Brasil**, 2001.

ANAF, Claudia. **Formação em Psicologia Jurídica.** *In:* Anais do III Congresso Ibero-Americano de Psicologia Jurídica. Publicado em 1999. Disponível em: http://www.mackenzie.br/psico_3congresso_ibero-americano.html. Acesso em: 16 de abr. 2011

ARANTES, Esther Maria de Magalhães. **Pensando a Psicologia aplicada à Jusitça. IN: Psicologia Jurídica no Brasil.** Golçalves e Brandão (orgs). Rio de Janeiro: NAU. ED. 2004.

ARIÈS, Philippe. **Iconografia da família e Família Medieval à Família Moderna**. Livro história social da criança e da família, Cap. 3. 2º Ed, editoria, LTC, 1978.

BEIRAS, Adriano. MARTINS, Simone. CRUZ, Roberto. **Prestação de serviços psicológicos em escritório de Assistência Jurídica.** *in*: O trabalho do Psicólogo no campo Jurídico. Cruz, Maciel e Ramirez (orgs). São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

	Inseri	ndo Pratica de I	Psico	ologia Ju	rídica no	Escri	tório M	odelo de Ass	istênci	a na
cidade	de	Florianópolis	:	Santa	Catarina	_	Brasil	Disponível	em:	<
http://wv	ww.per	riodicos.ufsc.br/ii	ndex	.php/exte	ensio/article	e/viev	v/5477>	Acesso em:	13 de	nov.
de 2010										

_____. Inserindo práticas de psicologia jurídica no escritório Modelo de assistência jurídica (EMAJ) da UFSC. **Extensio - revista eletrônica de extensão** Número 3, ano 2005. Disponível em: <_www.periodicos.ufsc.br/index.php/extensio/article/download/5477/4910> Acesso em: 13 de nov. 2010

BRITO, Leila Maria Torraca. **Reflexões em torno da Psicologia Jurídica.** *in*: O trabalho do Psicólogo no campo Jurídico. Cruz, Maciel e Ramirez (orgs). São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

BRIMAN, Joel. **A psicopatologia na pós-modernidade**. *in*: Mal-estar na atualidade – a psicanálise e as novas formas de subjetivação. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 175 a 194.

BRAIER, Eduardo Alberto. **Psicoterapia breve de orientação psicanalítica**. Tradução de IPEPLAN – 3º Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

CAPITÃO, Claudio: **Triagem Psicológica em diferentes contextos.** Publicação em Set de 2010. Disponível em: < http://www.ritaromaro.com.br/admin/banners/148/apresentacao_triagem.pdf>. Acesso em: 04 de Jan. 2011.

CARVALHO, Maria Cistna Neiva de (org). **Psicologia Jurídica: Temas de aplicação**. Curitiba: Juruá. 2008.

CHECCHINATO, Durval. Psicanálise dos pais. **Pulsional Revista de Psicanálise**, anos XIV/XV, nos 152/153, 42-69. Publicado em: Nov. 2010. Disponível em: http://www.editoraescuta.com.br/pulsional/152_153_04.pdf> Acesso em 13 de Nov. 2010.

COLCERNIANE, Claudia Borges. **Direito de família: um novo rumo ao lado da psicologia jurídica e da afetividade**. Publicado em: 2008. Disponível em: http://bdjur.stj.gov.br/xmlui/bitstream/handle/2011/18300/direito_de_fam%c3%adlia_um_n ovo_rumo_ao_lado_da_psicologia_jur%c3%addica_e_da_afetividade.pdf?sequence=2> Acesso em: 04 de Jan. 2011.

CRISGIOVANNI, Cirinéa Lúcia Marcante. SIQUEIRA, Ilma Lopes de Meirelles. A contribuição da Psicologia para a formação dos magistrados. *in*: Psicologia Jurídica: temas de aplicação. Carvalo e Miranda (Orgs). Curitiba: Juruá, 2008.

CZERESNIA, Dina. **O Conceito de Saúde e a Diferença entre Prevenção e Promoção:** Publicado em: 2003. Disponível em: http://www.fo.usp.br/departamentos/social/saude_coletiva/AOconceito.pdf> Acesso em 13 de mar. 2011.

DOR, Joel. O pai e sua função na psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

FIGUEIRA, Joyce Cardoso. **Psicologia clínica: do enfoque individual à abordagem Familiar.** Publicado em 2007. Disponível em: http://www.periodicos.udesc.br/index.php/percursos/article/viewfile/1449/1222 Acesso em: 20 de dez. 2010.

FRANÇA, Fátima Curso de Psicologia Jurídica, Instituto Sedes Sapientia. Psicologia: Teoria e Prática, **Revista Psicologia - Teoria e Prática**, Vol. 6, No 1. Publicado em: 2004. Disponível em: http://www3.mackenzie.br/editora/index.php/ptp/article/view/1200/0 Acesso em: 15 de fev. 2011.

FORBES, Jorge. **A psicanálise do homem desbussolado**. Disponível no site da Escola Brasileira de Psicanálise.

FREUD, Sigmund. **Romances Familiares**. Traduzido do alemão e do inglês sob a orientação geral Jayme Salomão, rio de janeiro: imago 1996, Texto: Romance familiar, 1950.

, Sigmund (1924).	A	dissolução do con	mplexo de	Édipo.	Vol.	XIX.	Rio	de	Janeiro
Imago, 1996,									

______, (1925). Algumas conseqüências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos. Vol. XIX. Rio de Janeiro, 1996.

FRUTUOSO, Ana Carlênia. Uma Escuta Analítica. **Revista Escuta Analítica.** Publicação em: Jul. 2008. Disponível em: http://www.escutaanalitica.com.br/. Acesso em: 05 de mai.

GARCIA, Célio. **Psicologia Jurídica: Os operadores do simbólico**. Belo Horizonte: Del Rey, 2004.

HEGENBERG, Mauro. Psicoterapia Breve. São Paulo: Casa do Psicologo. 2004.

HERZBERG, Eliana. CHAMMAS, Débora. **Triagem estendida: serviço oferecido por uma clínica-escola de psicologia**. Universidade de São Paulo, São Paulo-SP, Brasil. Publicado em: 2009. Disponível em:<_www.scielo.br/pdf/paideia/v19n42/13.pdf>. Acesso em: 19 de fev: 2011.

KLEIN, Melanie. **Introdução às obras de Freud**, Ferenczi, Goddeck, Kelin, Winnicott, Dolto, Lacan/ Direção de J-D. Nasio, Rio de janeiro, Jorge Zahar Ed, 1995.

KNOBEL, Mauricio. **Psicoterapia Breve. Temas básicos de Psicologia;** V 14. 1 Psicoterapia breve I. Título II Série. EPU: São Paulo, 1986

LACAN, Jacques (1957). "Sobre o Complexo de Castração". Cap. XIII, A Estrutura dos Mitos. *in*: Seminário 4: a relação do objeto. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed., 1995.

______, (1957). "Sobre o Complexo de Édipo". Cap. XII, A Estrutura dos Mitos. *in*: Seminário 4: a relação do objeto. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed., 1995.

______, (1958). "A Metáfora Paterna". Cap. IX, A Lógica da Castração. *in*: Seminário 5: as formações do inconsciente. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed., 1999.

______, (1958). "Os Três Tempos do Édipo". Cap. X, A Lógica da Castração. *in*: Seminário 5: as formações do inconsciente. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed., 1999.

_____, Jacques. **Complexos familiares na formação do individuo**, Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 1987.

LEÃO, Yara Amorim Souza. Declínio da Metáfora Paterna: alguns elementos para pensar o laço social. **Anais**, pp. 65-73. *in*: VIII Jornada Freud-Lacaniana. Recife, 2002.

LIPP, Marilda Emmanuel Novaes. A Psicologia Clínica no Brasil: o estado da arte, *in*: Hutz, Claudio Simon (org): **20. Simpósio Brasileiro de Pesquisa e Intercâmbio Científico da Anpepp** (Anais, pag. 156-168). Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pesquisa e Pósgraduação em Psicologia. 1989.

LOPEZ, Silvia Ancona. **Triagem Interventiva.** Universidade Paulista – UNIP; Universidade São Marcos. Granja Viana, 2001.

MARQUES, Nadia. Entrevista de Triagem: Espaço de Acolhimento, escuta e ajuda terapêutica. in: (CON) Textos de entrevista: olhares diversos sobre a interação humana. Macedo e Carrasco (orgs). São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005

MANZKE, Joyce Camila. ZANONI, Décio. **Implicações Psicológicas da guarda compartilhada**. *in*: Psicologia Jurídica: temas de aplicação. Carvalo e Miranda (Orgs). Curitiba: Juruá, 2008.

MILLER, Jacques-Alain. O parceiro sintoma do homem e da mulher, [s.e.][s.l][s.a].

MOREIRA FILHO, Alonso Augusto. **Psicoterapias de inspiração psicanalítica**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

MOREIRA. Virgínia. **Psicopatologia crítica**. Publicado em 2002. Disponível em: <www.unifor.br/hp/pos/mps/docs/semanapsicfederaljulho2002.pdf> Acesso em: 01 de Abr. 2011.

NASIO, Juan-David. Como trabalha um psicanalista? Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

NUNES, Laureci, **Erotomania: Loucura do feminino**, Florianópolis: Escola Brasileira de Psicanálise – SC, 2008.

OLIVEIRA, Iraní Tomiatto de. **Psicoterapia psicodinâmica breve: dos precursores aos modelos atuais.** Publicado em 1999. Disponível em: http://www3.mackenzie.br/editora/index.php/ptp/article/viewFile/1145/853 Acesso em: 26 de mai. 2011.

PAVONE, Tereza. **O Outro e sua relação com o gozo na contemporaneidade**. In: Correio – Revista da Escola de Psicanálise, nº. 29, p. 30-36, ago. 2000.

PIRES, Denise; MATOS, Eliane. **Relações de Trabalho e Subjetividade em Equipes Interdisciplinares de Atenção à Saúde.** Disponível em: http://www.abennacional.org.br/2SITEn/Arquivos/N.104.pdf> Acesso em 16 mai.. 2011.

PROCON – Campina Grande/PB. Disponível em: http://www.proconcg.com/ Acesso em: 15 de mai. 2011

ROEHIRG, Lidiane Doetzer... (et al). Séries técnicas: Cadernos de Psicologia Jurídica – Curitiba. Unificado, 2007.

_____. SIQUEIRA, Ilma Lopes Soares de Meirelles. **Das Penas Alternativas ao ser humano: Uma Reflexão sobre a trajetória do papel do psicólogo no contexto jurídico**. *in*: Psicologia Jurídica: temas de aplicação. Carvalo e Miranda (Orgs). Curitiba: Juruá, 2008.

ROSA. Alexandre morais da. **Decisão no processo penal como bricolage de Significantes.** Publicado em: 2004. Disponível em: < http://tjsc25.tj.sc.gov.br/academia/arquivos/decisao_processo_penal_alexandre_rosa.pdf> Acesso em: 16 de abr. 2011.

SANTIAGO, Jesus. **O pai não surpreende mais**. In: Opção Lacaniana – Revista Brasileira Internacional de Psicanálise, n°. 21, p. 24-27, abr. 1998.

SCLIAR, Moacyr. História do Conceito de Saúde: **Scielo.** Publicado em: 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/physis/v17n1/v17n1a03.pdf> Acesso em 23 de mai. 2011.

SCHNEIDER, Daniela Ribeiro. Uma breve história da clínica e da psicologia clínica. IN: Novas Perspectivas para a Psicologia Clínica - um estudo a partir da obra "Saint Genet: comédien et martyr" de Jean-Paul Sartre, 2002.

SIMÕES JÚNIOR, José Geraldo, **Pensamento Vivo de Freud.** São Paulo: Martim Claret, 1996.

SOUZA, Anna Maria Nunes. **A Família e seu Espaço: Uma proposta de terapia familiar**. Rio de Janeiro. Ed. Agir. 1997.

TUCCI, Alexandre. **Rapport – O Ingrediente Mágico: entenda o que é Rapport.** Publicado em 2008. Disponível em: < http://www.administradores.com.br/informe-se/artigos/entenda-o-que-e-rapport/24502/>Acesso em: 11 de dez. 2010.

UNGARELLI, Flavio M. & PIMENTA, Cristiano A. **apalavra** – Revista da delegação Geral Goiânia/ Distrito Federal da Escola Brasileira de Psicanálise, nº. 01 de mai. 2008.

VILHENA, Junia de. Repensando a Família. **O Portal dos Psicólogos**. Disponível em www.psicologia.com.pt, 2005. Acesso em: 26 Nov. 2009.

APÊNDICES



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA CURSO DE PSICOLOGIA ESTAGIARIA: MAGNÓLIA RAMOS DE OLIVEIRA ORIENTADORA: REGINA CELI SALES

Ficha de Triagem

Cliente:	
Data de Nasc:	Idade:
	Sexo:
Endereço Residencial:	
Bairro:	Telefone:
Cidade:	
Profissão:	Instrução:
Religião:	N° de Filhos:
Encaminhamento	o Realizado a partir do ESCRITÓRIO MODELO.
1°) Já fez psicoterapia? Com ç	quem e durante quanto tempo?
2º) Alguém da sua família esta	á sendo atendido na Clinica Escola de Psicologia? Por quem?
3°) Constelação familiar:	
4°) Renda familiar:	

5°) O que costuma fazer em finas de semana e feriados?

6°) O que lhe motivou a procurar a Psicoterapia? (Queixa principal).	
o) o que me montou a procurar a i sicolorapair (Quema printerpair	,	
7°) Desde quando você sente necessidade de acompanhamento psic	coterápico?	
8°) Disponibilidade de horários:		
9°)Disponibilidade para atendimento em grupo.	TEA	7
Assinatura do (a) estagiário (a):		



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA CURSO DE PSICOLOGIA SETOR DE PSICOLOGIA DO ESCRITÓRIO MODELO DE ADVOCACIA

ENCAMINHAMENTO

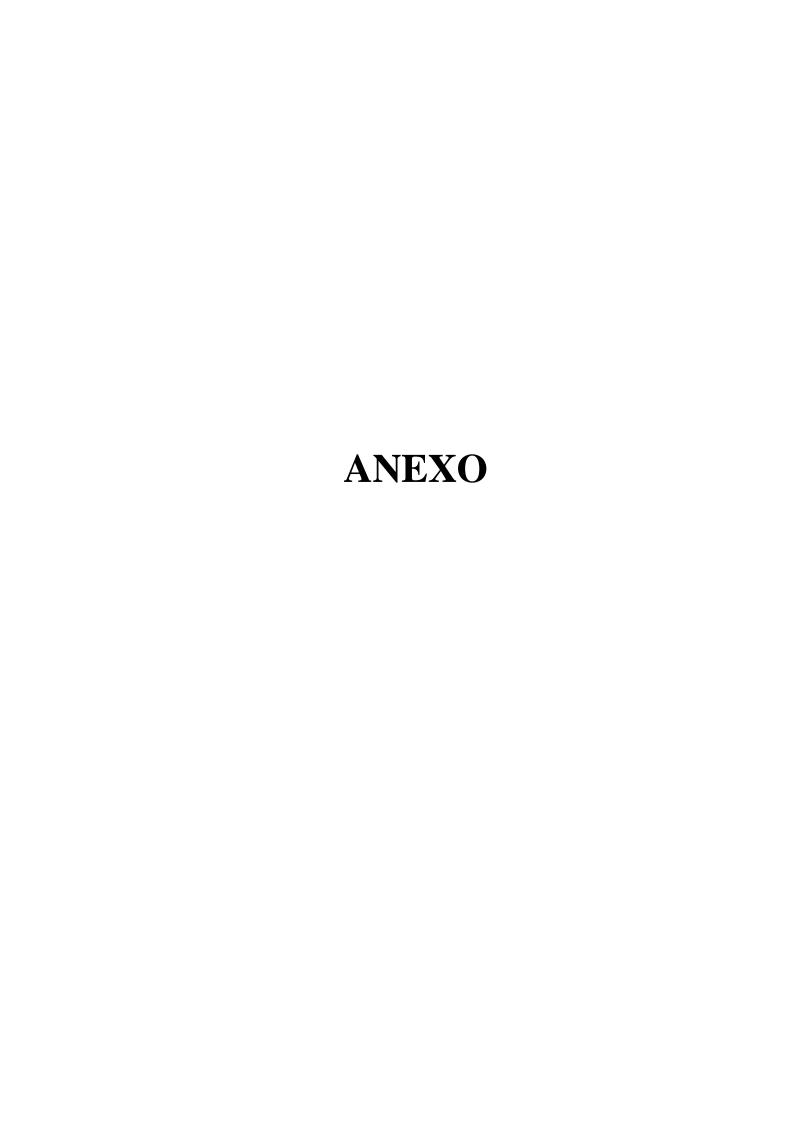
Encaminho	ao	atenc	lime	ento	o de	Psic	coterapia	da Clini	ca de Ps	sicol	_	Senhor o telef	
							, tendo pe	rcebido a	necessida	ide e	e pretensão		
tratamento Advocacia.		pêutic	co,	a	partir								
		SIIP	······································	······································	SOR	Δ· R	REGINA O	TELL SAL	FS DE N	IÓR	RFGA		
		501				IV					ILLON		

ESTAGIÁRIA: MAGNÓLIA RAMOS DE OLIVEIRA



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA CURSO DE PSICOLOGIA ESTAGIARIA: MAGNÓLIA RAMOS DE OLIVEIRA ORIENTADORA: REGINA CELI SALES

Hous de Inicia	DECUDO
Hora de Inicio	DECURSO
	Hora de término





CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

Escritório Modelo de Advocacia

FORMULÁRIO DE ATENDIMENTO

PROMOVENTE:					
Nacionalidade: () Estado Civil: () Profissão: (, 		_)
End. residencial: Rua: _				N°	
Bairro:	Cidade	::		UF: _	
End. do trabalho:					
CPF N°.:	R	RG N°.:			
Telefones: (reside) ()	celular) (trabalho)
PROMOVIDO:					
Nacionalidade: () Estado Civil: () Profissão: (· ·		_)
End. residencial: Rua: _				N°	
Bairro:	Cidade	::		UF: _	
End. do trabalho:					
CPF N°.:	R	RG N°.:			
Telefones: (reside) (celular) (trabalho)
SÍNTESE DO CASO					
Campina Grande,		tendente:			